

# CABO VERDE

## INTERNACIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

ELABORADO POR

# Espírito Santo Research



### INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

LISBOA  
3 E 4 DE JUNHO  
2014



**BANCO ESPIRITO SANTO**





## **1. INTRODUÇÃO**

### **2. ENQUADRAMENTO DO PAÍS**

- 2.1 Ambiente de negócios
- 2.2 Outlook macroeconómico
- 2.3 Estrutura setorial
- 2.4 Comércio Internacional
- 2.5 Investimento Direto Estrangeiro
- 2.6 Relações Internacionais e Regionais

### **3. APOSTAS DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS**

- 3.1 Programas de Desenvolvimento Económico e Social de Médio Prazo
- 3.2 Projetos Estruturantes em Curso ou Planeados
- 3.3 Reforço da internacionalização do país, incentivos e enquadramento legal para o investimento.
- 3.4 Recursos Humanos, Técnicos e Científicos

### **4. RELAÇÕES ECONÓMICAS COM PORTUGAL**

- 4.1 Relações Comerciais, de Investimento e Outras
- 4.2 Acordos Bilaterais e de Cooperação
- 4.3 Projetos Relevantes em Curso e Projetados

## **5. CONCLUSÕES**



## I – SUMÁRIO EXECUTIVO

No contexto de uma progressiva alteração da estrutura económica mundial, em que um novo conjunto de países emerge com particular protagonismo na alteração dos equilíbrios até aqui dominantes, a emergência de novos espaços de oportunidade surge como fator mobilizador da iniciativa dos agentes económicos em áreas geográficas que, até muito recentemente, pareciam inexoravelmente excluídas do ciclo de progresso e bem-estar experimentado pelas economias mais desenvolvidas da Europa, da América do Norte e do Japão, nomeadamente na segunda metade do século passado.

Se o movimento detetado tem tido na região do Pacífico o seu epicentro e mais destacado eixo motriz; em que a China, a Índia ou a Indonésia se destacam pela dimensão e capacidade das respetivas economias; não é possível ignorar a emergência de outros polos de crescimento mundial que, inevitavelmente, darão azo a uma realidade futura multipolar em que, o Atlântico Sul, será convocado a assumir um papel de primeira relevância enquanto catalisador do desenvolvimento de uma vasta região por muitos identificada como a última grande fronteira do crescimento global.

A emergência de novos polos de desenvolvimento na economia mundial é, não só uma oportunidade para África como um claro sinal da possibilidade de percorrer um caminho que outros vêm demonstrando ser possível efetuar. Neste contexto, Cabo Verde é inequivocamente uma economia particularmente bem posicionada, especialmente no contexto africano, onde se destaca pela capacidade de se erigir enquanto eficaz plataforma de serviços à escala continental: potenciando o relacionamento comercial entre blocos económicos consolidados (Europa e América do Norte) e emergentes (América do Sul e África); o desenvolvimento de parcerias de investimento; e o aprofundamento de complementaridades que, de outra forma, dificilmente seriam mobilizáveis em benefício, não somente dos agentes económicos diretamente interessados, mas, sobretudo, das populações envolvidas.

É, hoje, consensual, em África, a importância de que se reveste a atração do investimento estrangeiro como input fundamental do desenvolvimento desejado. No entanto, a preocupação expressa por múltiplos Governos africanos e organizações internacionais, em relação à necessidade de que o investimento externo, canalizado para África, se traduza num amplo, diversificado e duradouro impacto nas economias locais, garantindo que os efeitos spill-over associados aos investimentos atraídos se repercutam de forma progressivamente mais ampla sobre os tecidos económico e social, em consonância com as metas económicas traçadas pelos diferentes Governos, faz de economias como a cabo-verdiana verdadeiros baluartes do futuro desejado para faixas cada vez mais alargadas da população africana, em geral, e da África Ocidental em particular.

Os indiscutíveis progressos alcançados, por vários países africanos, com natural destaque para Cabo Verde mas, também, entre outros, pelo Ruanda, o Botswana, e o Ghana, em indicadores de referência internacional, como é o caso do Doing Business (World Bank), demonstra ser possível criar, em África, condições propícias ao desenvolvimento de negócios por parte dos agentes económicos. Também os progressos observados ao nível dos diferentes processos de integração regional, em que o Tripartite Free Trade Agreement (T- FTA) tem sido uma iniciativa emblemática de criação de mercado integrado com capacidade de mobilização de 600 milhões de consumidores, são bem demonstrativos do potencial de realização existente.

A capacidade demonstrada, para converter um interesse inicial, pela reconhecida riqueza do continente africano em recursos naturais, no subsequente desenvolvimento das necessárias infra-estruturas logísticas e de transporte, de redes de comunicação eficientes e adaptadas à realidade africana, de uma



agricultura cada vez mais orientada para o mercado e uma estrutura industrial e de serviços capaz de oferecer uma resposta interna às novas procuras, que o investimento estrangeiro inevitavelmente transporta consigo; será, sem dúvida, o elemento determinante para que o desenvolvimento económico africano se converta, cada vez mais, numa realidade consolidada e mais preparada para fazer face aos inevitáveis ciclos que caracterizam a natural evolução da economia e dos mercados.

Não sendo, como nunca foi, uma economia que se destaque pela sua riqueza em recursos naturais, a economia de Cabo Verde tem inequivocamente condições para se afirmar como um parceiro estratégico, em particular na região em que naturalmente se insere, desta forma potenciando os meios humanos de que dispõe, explorando a sua privilegiada localização geográfica, aprofundando a sua integração económica regional, capitalizando os investimentos em infraestruturas (portuárias, logísticas, comunicações, turísticas e energéticas) já efetuados e previstos, e beneficiando de um clima de estabilidade e segurança absolutamente distintivo.

Numa área do globo que se destaca pelo seu: i) dinamismo demográfico (em 2013, a população africana atingia, aproximadamente, 1 100 milhões de habitantes e as estimativas das Nações Unidas sugerem que a população total deste espaço geográfico venha a situar-se acima de 2 400 milhões de habitantes, num cenário moderado de crescimento, até ao ano de 2050, podendo voltar a duplicar até ao final do século presente); ii) elevado ritmo de crescimento da procura interna (em sociedades que atravessam períodos de intenso urbanização e conseqüente alteração de padrões de consumo) e iii) níveis crescentes de desenvolvimento humano e estabilidade social e política (assinalando os progressos efetuados no continente africano, o último Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, classifica pela primeira vez uma economia africana, as Seychelles, no grupo de países de desenvolvimento humano elevado e Cabo Verde coloca-se entre um conjunto, já significativo, de 14 economias africanas que apresentam um nível de desenvolvimento humano “médio” ou “elevado”). Cabo Verde não pode deixar de constituir um espaço de oportunidade para todos os agentes económicos que virem nos elementos distintivos desta economia argumentos reforçados para uma bem-sucedida estratégia de internacionalização africana, já hoje devidamente sinalizada pela remuneração média dos capitais investidos (segundo o Centre for the Study of African Economies da Oxford University a taxa média de remuneração do capital para as empresas africanas é sensivelmente 66% mais elevada do que a usufruída por empresas semelhantes na China, na Índia, na Indonésia ou no Vietname).

Apesar da economia Cabo-verdiana ter sido severamente afetada pela crise financeira global e da região do EURO em particular, com reflexo ao nível da captação de investimento externo, nas remessas dos emigrantes e do crescimento das receitas do turismo, o Governo de Cabo Verde tem visto serem reconhecidos, quer pelo Fundo Monetário Internacional, quer pelo Banco Africano de Desenvolvimento, os esforços desenvolvidos no sentido de relançar a economia do país, apostando na sua diversificação, na dinamização do setor privado e no reforço da integração regional no quadro da CEDEAO – Comunidade Africana para o Desenvolvimento da Economia Ocidental.

A economia de Cabo Verde deverá experimentar uma ligeira recuperação do crescimento em 2014, aproximadamente 3%, refletindo a melhoria generalizada da conjuntura económica dos principais países parceiros e também as medidas contra cíclicas de natureza expansionista, que têm caracterizado os últimos exercícios orçamentais. A prazo, as reformas que têm vindo a ser implementadas, ao nível fiscal, da supervisão financeira, do estímulo da oferta de crédito e da melhoria da situação económica e financeira das empresas do estado, deverão contribuir para a maior robustez da economia, contribuindo para um crescimento mais sustentável e inclusivo.



## II – ENQUADRAMENTO DO PAÍS

A globalização veio conferir ao arquipélago de Cabo Verde uma acrescida centralidade no palco da economia regional onde usufrui de condições ímpares de projeção. Cabo Verde localiza-se, geograficamente, no centro das importantes rotas comerciais que ligam a África e a Europa aos mercados da América do Sul e da América do Norte, encontrando-se plenamente integrado regionalmente.

Caixa 1



**Capital:** Praia

**Língua Oficial:** Português

**Tempo:** GMT - 1

**Área:** 4 033 km<sup>2</sup> (10 ilhas)

**População (Milhares):** 506 (2014)

**Moeda:** Escudo de Cabo Verde (CVE, câmbio fixo EUR/110.3 CVE)

**Tipo de Governo:** República semipresidencialista

**Religião:** Católicos, 95%

Fontes: FMI, Banco Mundial, INE Cabo Verde.



As autoridades do arquipélago têm-se empenhado no posicionamento de Cabo Verde como hub oceânico competitivo no quadro do Atlântico Sul reunindo um conjunto de competências tão abrangente quanto possível. São múltiplos os exemplos de iniciativas que atestam o empenho continuado e perseverante, das autoridades de Cabo Verde, na criteriosa concretização e esforço de atração dos diferentes elementos necessários à “edificação” de um corpo articulado de ofertas, envolvendo agentes públicos, privados e empresariais, suscetível de captar, para o arquipélago, procuras geradas na região do Atlântico Sul, ou a ela dirigidas.

## 2.1 Ambiente de negócios

Cabo Verde é reconhecido como uma democracia multipartidária estável, com progressos significativos, ao longo dos últimos vinte anos, em termos da abertura dos mercados e da liberdade negocial.

Apesar de uma conjuntura macroeconómica menos favorável, Cabo Verde tem continuado a merecer o apreço das principais instituições internacionais. Na edição de 2014, do Índice de Liberdade Económica, do Wall Street Journal e da Heritage Foundation, Cabo Verde é o terceiro país africano melhor classificado na África Subsaariana (apenas atrás da Maurícia e do Botswana). O arquipélago surge bem classificado em todas as 10 categorias que contribuem para a pontuação final do referido Índice, sobretudo nas liberdades monetária, financeira e de investimento. Igualmente, no Índice Ibrahim de Governação Africana, Cabo Verde surge classificado em 3º lugar entre os 52 países africanos analisados, em 2013. Deste modo, resulta reforçada a competitividade da economia do país e legitimada a ambição em se tornar uma referência para projetos empresariais e institucionais de internacionalização para a região da África Ocidental. O indicador de facilidade em fazer negócios do World Bank, Doing Business 2014 (DB 2014), coloca o país no ranking 121 entre 189 economias analisadas, 2ª melhor classificado na África Central e Ocidental. No Índice de Desenvolvimento Humano, da Organização das Nações Unidas, Cabo Verde surge entre os países posicionados na classe “desenvolvimento humano médio”, sexto país melhor classificado da África Subsaariana.

A competitividade da economia, em termos dos requerimentos básicos (infraestruturas, instituições e contexto macroeconómico), dos potenciadores de eficiência (funcionamento dos mercados) e do nível de inovação e sofisticação tem permitido o posicionamento do arquipélago entre as mais competitivas economias do continente africano, sétimo lugar no ranking, apesar das limitações ainda reconhecidas, sobretudo, ao nível do mercado de trabalho e do contexto macroeconómico, paralelamente à incontornável exiguidade do mercado interno.



## Caixa 2

<b>Ambiente de negócios</b>	
<b>Facilidade de fazer negócios</b> <i>(Doing Business 2014 ranking)</i>	<b>121/189</b>
<b>Iniciar negócio</b>	<b>66/189</b>
<b>Comércio transfronteiriço</b>	<b>95/189</b>
<b>Cumprimento de contratos</b>	<b>35/189</b>
<b>Liberdade Económica</b> <i>(Economic Freedom 2014 ranking)</i>	<b>60/178</b>
<b>Competitividade</b> <i>(Global Competitiveness Index 2013-2014 ranking)</i>	<b>122/148</b>
<b>Requerimentos Básicos</b>	<b>103/148</b>
Infraestruturas	116/148
Instituições	89/148
<b>Potenciadores de Eficiência</b>	<b>130/148</b>
<b>Inovação e Sofisticação</b>	<b>118/148</b>
<b>Cosec (Risk group)</b> Classificação de 1 (risco menor) a 7 (risco maior)	<b>6</b>
<b>Standard &amp; Poor's (Rating)</b> <i>(Classificação de AAA (menor risco) a D (risco maior, default))</i>	
Dívida longo prazo em moeda local	<b>B</b>
Dívida longo prazo em moeda estrangeira	<b>B</b>
Outlook	<i>Estável</i>

Fontes: FMI, Banco Mundial, INE Cabo Verde, COSEC, *World Economic Forum*, *Global Heritage*, *Bloomberg*.

## 2.2 Outlook macroeconómico

Num contexto económico mundial marcado por um elevado grau de incerteza, sobretudo em função do contexto recessivo vivido pela Zona Euro, com impacto nos fluxos de investimento estrangeiro, bem como na evolução do crescimento em diversas economias com relações estreitas com Cabo Verde (Portugal e Espanha representam mais de 50% das relações comerciais do arquipélago com o exterior), a economia cabo verdiana enfrentou um processo de abrandamento, visível tanto ao nível do consumo privado como do investimento.

Assim, em 2013, a menor propensão para o consumo privado foi notada ao nível dos bens de consumo duradouro, enquanto, em termos do investimento, o abrandamento foi visível de igual modo nas despesas de investimento em construção e em equipamento e material de transporte. A desaceleração da procura interna foi, em parte, compensada pela tendência de evolução favorável da procura externa líquida, positivamente influenciada pelo aumento das receitas provenientes do turismo, ainda que em desaceleração. Desta forma, após um crescimento do PIB de 1% em 2012, assistiu-se a um recuo do ritmo de crescimento da atividade económica para um valor em redor de 0.5% em 2013, claramente abaixo do crescimento médio anual observado desde o início do milénio (entre 2000 e 2012, em média, o PIB cresceu 5.2%).





Evolução da taxa de crescimento do PIB e PIB per capita, 2003-2013



Fonte: FMI

Em 2013, a inflação observada evoluiu em alta, nomeadamente ao longo dos quatro primeiros meses, em consequência do aumento da taxa de Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA). No entanto, com o decorrer do ano, o ritmo de crescimento dos preços foi mais benigno, em função da evolução em baixa dos preços de bens alimentares e dos produtos energéticos, e perante a contração da procura interna, num contexto de contenção dos custos salariais. Assim, em 2013, a variação média dos preços situou-se em 1.5%, abaixo dos 2.5% registados no ano anterior. Nos últimos cinco anos, a taxa de inflação média situou-se em 2.3%, tendo o valor mais baixo (1%) sido registado em 2009, depois de, em 2008, se ter registado o valor mais elevado (6.8%). Em 2014 e 2015, a inflação observada deverá estabilizar em torno dos 2%.

As contas públicas apresentaram um desempenho mais favorável do que o registado em 2012, fruto de uma evolução menos desfavorável das despesas públicas, em grande medida em virtude da redução das despesas de investimento, tendo em conta uma menor execução do Programa Plurianual de Investimentos Públicos; e a estabilização das receitas públicas que, mesmo num cenário de abrandamento da economia, foram beneficiadas pela implementação de medidas de reforço de eficiência da coleta de impostos e do aumento da tributação em sede de IVA. Assim, em 2013, o saldo das contas públicas reduziu-se em, aproximadamente, 2.1 pontos percentuais para -7.7% do PIB.

Ao nível das contas externas, a evolução foi favorável, ainda que num contexto de perda de dinamismo da economia. As remessas de emigrantes, provenientes maioritariamente da Zona Euro (75% do total), evoluíram em baixa, tendo essa quebra sido mais do que compensada pelo contínuo ajustamento do setor privado a condições externas de financiamento mais restritivas e à desaceleração dos gastos públicos. De igual modo, a boa evolução das reservas externas líquidas garantiu uma margem de conforto para uma adequada intervenção no mercado cambial no sentido de garantir a estabilidade do regime que indexa o escudo cabo-verdiano (CVE) ao Euro (EUR=CVE 110.265). Suportado pela diminuição do défice de bens e serviços e pelas entradas de fluxos oficiais, o stock de reservas internacionais líquidas do país aumentaram cerca de EUR 4.5 milhões, em Fevereiro, permitindo garantir cerca de 4.5 meses das importações de bens e serviços projetadas para 2014.

Na visita realizada em Abril 2013, o Fundo apontou para o aumento da dívida pública, alertando para a sustentabilidade da mesma, a prazo. Foi precisamente este um dos principais aspetos evidenciados pela agência de notação financeira Fitch para baixar a classificação da dívida de longo prazo em moeda estrangeira, de B+ para B, em Março de 2014, mantendo a notação de B da dívida de curto prazo em moeda estrangeira. A Standard and Poor's (S&P), anteriormente, Dezembro de 2013, já tinha baixado a classificação da dívida soberana de Cabo Verde para B, reviu o outlook de negativo para estável, mencionando, explicitamente, o elevado défice público e externo como elementos condicionadores da capacidade de Cabo Verde acomodar eventuais choques externos.

No contexto dos recentes desenvolvimentos no ambiente macroeconómico, e considerando o impacto sobre a liquidez do sistema bancário e da economia, o BCV - Banco de Cabo Verde decidiu (agosto de 2013) reduzir a taxa de absorção de liquidez para 1%, mantendo a policy rate, a taxa de cedência de liquidez e a taxa de redesconto em 5.75%, 8.75% e 9.75%, respetivamente.

A redução da taxa de absorção de liquidez tem como objetivo estimular o crédito para a economia e promover o crescimento económico do país, num contexto de baixas pressões inflacionistas.

Indicadores macroeconómicos de Cabo Verde, 2012-2016

	2012	2013	2014 <sup>E</sup>	2015 <sup>E</sup>	2016 <sup>E</sup>
<b>PIB</b> Preços correntes EUR mil milhões	1.4	1.4	1.6	1.7	1.8
<b>PIB taxa de crescimento real</b> Porcentagem	1.0	0.5	3.0	3.5	4.0
<b>Taxa de Desemprego</b> Porcentagem pop. ativa	16.8	17.0	12.0	10.0	9.0
<b>Taxa de Inflação</b> Porcentagem	2.5	1.5	1.7	2.0	2.0
<b>Taxa de Câmbio</b> EUR/CVE	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3
<b>Balança Corrente</b> Porcentagem do PIB	-11.2	-1.9	-10.0	-10.1	-10.4
<b>Saldo Orçamental</b> Porcentagem do PIB	-9.8	-7.7	-9.0	-8.2	-7.6

<sup>E</sup> Estimativa.

Fontes: INE Cabo Verde, Banco de Cabo Verde, FMI.

Ao longo dos próximos anos, os principais projetos de investimento público serão centrados na superação das ainda presentes dificuldades existentes no território ao nível das infraestruturas, no entanto, este esforço precisa de ser efetuado no quadro de uma política macroeconómica e fiscal prudente, evitando gastos não produtivos. O FMI tem alertado para a necessidade de reforçar a qualidade e eficiência do investimento público em curso de forma a garantir o necessário retorno associado aos investimentos realizados, perante uma dívida pública que se mantém num patamar elevado, 98% do PIB, e os riscos que daí também decorrem para o ambicionado crescimento da economia. As autoridades de Cabo Verde tem sido aconselhadas a moderarem os gastos do estado em 2014 e a adotarem um programa de consolidação orçamental mais ambicioso a médio prazo. Segundo o relatório da agência de notação financeira Fitch, divulgado em Março de 2014, a dívida pública cabo-verdiana poderá subir para 115% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015 e, atingir os 120%, em 2017.



Neste contexto, o sucesso das reformas tributárias em curso, visando o alargamento da base fiscal e a eficácia da administração tributária, será absolutamente decisivo para a sustentabilidade futura das contas públicas do arquipélago.

Nos próximos anos, os maiores projetos do programa de investimento público centrar-se-ão ao nível das infraestruturas, sendo que quase 50% estarão relacionados com os setores da energia, da água, dos transportes e da logística marítima. As autoridades têm-se, também, empenhado no desenvolvimento das pescas, do posicionamento de Cabo Verde como hub oceânico e do avanço dos setores financeiro e de comunicações. O programa de investimento público também prevê uma componente social, o desenvolvimento de capital humano e intervenções em setores específicos para aumentar a competitividade.

A maior diversificação da economia permanece como objetivo maior de governação, enquanto meio mais eficaz para reforçar a blindagem da economia face aos choques externos a que está particularmente exposta com impacto direto na criação de emprego e, conseqüentemente, na luta contra a pobreza. Uma economia diversificada e produtiva através da promoção de clusters e polos de competitividade, com base num modelo de crescimento suportado pelas dinâmicas do setor privado. Com este propósito, o Executivo, desde 2003, projetou os clusters do turismo, da economia marítima, do aero negócio, das tecnologias de informação e telecomunicações, das finanças, da economia criativa e dos agro negócios, como eixos de suporte da denominada Estratégia de Transformação Económica.

Estes eixos ganham, hoje, redobrada atualidade num país que, sendo, também, “vítima” do seu próprio sucesso, enfrenta novos desafios relacionados com a maior dificuldade de acesso à ajuda externa, a captação de investimento externo, uma conjuntura orçamental mais restritiva e o conjunto de obstáculos próprios dos países de rendimento médio (a chamada armadilha do rendimento médio caracteriza uma situação em que uma economia em desenvolvimento se encontra numa situação intermédia associada à perda da sua competitividade face a economias de menor rendimento e mais baixo nível salarial, e ainda não reúne as condições necessárias para poder competir com economias mais sofisticadas e inovadoras).

O II Fórum Nacional de Transformação de Cabo Verde que teve lugar precisamente no primeiro semestre de 2014 veio, precisamente, reforçar esta visão da absoluta necessidade de uma estratégia de ampliação da base económica e de desenvolvimento de cadeias serviços que acrescentem valor à produção cabo-verdiana.

### 2.3 Estrutura setorial

Cabo Verde é uma pequena economia aberta, muito condicionada pela conjuntura externa, o que se explica pela elevada dependência face às importações de energia e de alimentos e face aos fluxos de capitais oriundos do estrangeiro (p.e., remessas de emigrantes e donativos). É uma economia terciarizada, onde os serviços, incluindo o Turismo, representam cerca de 75% do PIB, sendo a base produtiva da indústria pouco desenvolvida (essencialmente ligada aos setores dos têxteis, do calçado e das pescas).

Numa perspetiva setorial a economia cabo-verdiana continuou, em 2013, a afirmar-se, fundamentalmente, como uma economia de serviços, cerca de 75% do PIB, com grande preponderância do turismo. Dada a não disponibilidade de dados atuais sobre a distribuição do PIB setorial de Cabo Verde, e sendo este um elemento muito relevante de enquadramento da atividade económica do país para os agentes económicos que com eles se relacionam, o BESCIV e o Espírito

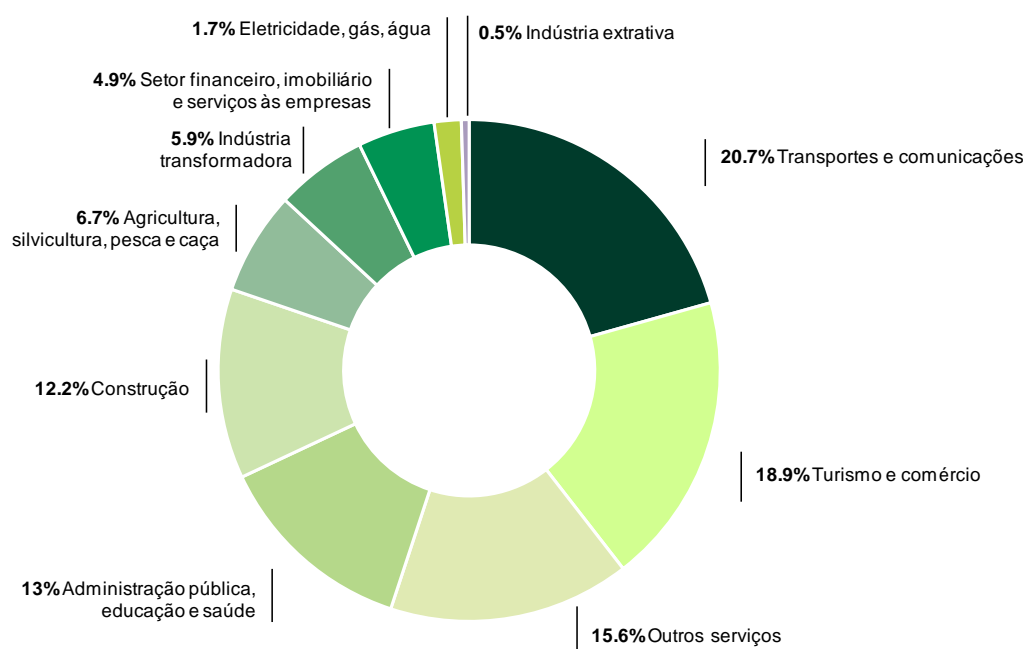


Santo Research desenvolveram um método de estimação, específico, para este indicador, que indicia a consolidação do peso do setor do turismo e atividades afins, nomeadamente: os transportes, o comércio e os serviços de apoio.

Contudo, embora reconhecendo a centralidade do setor do turismo na economia do arquipélago, tal fato não tem reduzido o empenho das autoridades do país no sentido projeção futura da economia das ilhas como uma eficaz plataforma alargada de serviços para toda a região da África Ocidental. Neste contexto, a par do turismo, outros setores de atividade têm vindo a ser privilegiados como drivers de diversificação da economia de Cabo Verde, garantindo a sustentabilidade do desenvolvimento a médio e longo prazo. Áreas chave, como a logística e a segurança marítima, os transportes aéreos, as tecnologias de informação e da comunicação, as energias renováveis, e o próprio setor financeiro, são elementos imprescindíveis ao desenvolvimento harmónico e inclusivo do arquipélago, projetando-o para além do perímetro estrito de um mercado interno necessariamente diminuto e garantido, em simultâneo, a observância dos necessários equilíbrios macroeconómicos, numa economia muito dependente da sua capacidade de atração do Investimento Direto Estrangeiro e do financiamento externo.

No entanto, independentemente das condições de atratividade, generalizadamente reconhecidas, não é possível deixar de constatar a continuidade de uma forte dependência da economia de Cabo Verde face ao setor do turismo, o qual representa hoje, segundo estimativas do World Travel and Tourism Council (WTTC, 2014), 16.2% de contribuição direta para o PIB e cerca de 43% de contribuição total. O desenvolvimento do setor turístico continuará a ser absolutamente fulcral para a evolução futura da economia do arquipélago, dada a sua relevância enquanto eixo polarizador de investimento e elemento dinamizador de um conjunto abrangente de atividades sobre as quais o turismo exerce um natural efeito de arrastamento.

Distribuição setorial do PIB, 2013<sup>1</sup> (%)



<sup>1</sup> Estimativa obtida pelo BES Cabo Verde e o Espírito Santo Research, segundo uma metodologia que utiliza como referência os últimos dados setoriais publicados pelo BAD (Africa Economic Outlook) e a evolução entre 2010 e 2013 (mês de referência Outubro) do crédito aos diferentes setores da economia (crédito às empresas não financeiras).

Fontes: Africa Development Bank, BCV, ES Research - Research Setorial.



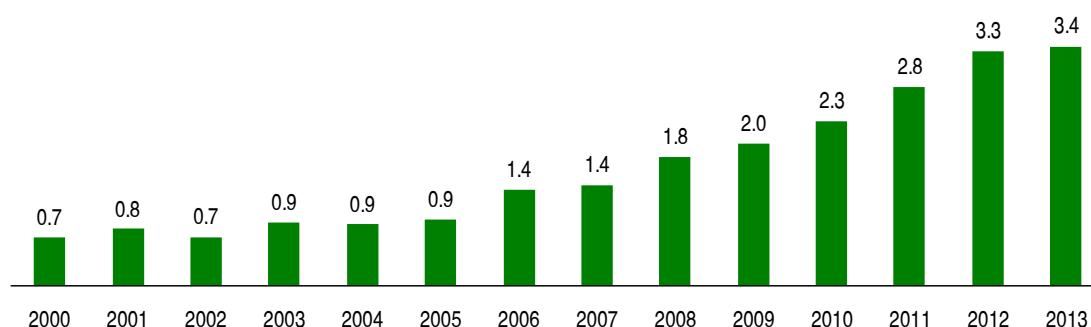
### 2.3.1. Turismo

A recente divulgação do interesse manifestado, por eventuais investidores externos, na possível privatização da companhia de aviação Transportes Aéreos de Cabo Verde (TACV), o investimento na construção de um porto de águas profundas e um terminal de cruzeiros na ilha de São Vicente, a par de outros projetos de desenvolvimento de novas infraestruturas turísticas (Ilhas do Sal, Ilha da Boavista, Ilha de São Vicente e Ilha de São Tiago) são, naturalmente, ocorrências indissociáveis do potencial que os agentes económicos reconhecem no futuro do setor turístico do país. Cabo Verde é o 11º país à escala global em termos da importância relativa do setor do turismo para a sua economia, sendo o 10º no que concerne às expectativas de crescimento para o setor. O WTTC – World Travel & Tourism Council (2014 Annual Research), estima um crescimento médio anual das receitas do turismo de aproximadamente 6.5% nos próximos dez anos e o The Travel & Tourism Competitiveness Index 2013 do WEF, coloca o país no 4º lugar africano (África a sul do Saara) em termos de competitividade turística, imediatamente atrás das Seychelles, da Maurícia e da África do Sul. O facto das perspetivas económicas relativas aos principais mercados emissores de turismo para Cabo Verde, sobretudo Estados Membros da União Europeia, serem hoje mais favoráveis do que ocorria nos últimos anos, não pode deixar de ser tido em consideração quando se perspetiva o próximo futuro da atividade turística em Cabo Verde.

Em Maio de 2013 foi anunciado que serão contempladas cinco zonas de jogo em Cabo Verde. Para além das zonas de jogo das Ilhas do Sal, de Santiago e de São Vicente, o Governo pretende criar também as da Boavista e do Maio. Bastante avançado está o projeto da zona de jogos da ilha do Sal, tendo sido assinado entre o Governo e a empresa Casino Royal (Bélgica, França, Cabo Verde) o respetivo contrato de concessão.

Tem-se assistido ao aumento exponencial do número de dormidas que, em 2000, se cifravam em 685 mil e, em 2013, já superavam 3.4 milhões. Ao longo deste período observou-se uma taxa média de crescimento anual das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do país de aproximadamente 14%.

Evolução do número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros de Cabo Verde, 2000 - 2013  
(Milhares)



Fontes: Instituto Nacional de Estatística (Cabo Verde), ES Research - Research Setorial.

Cerca de 552 mil hóspedes registaram-se nos estabelecimentos hoteleiros de Cabo Verde em 2013, em linha com os objetivos do Plano Estratégico do Turismo para o mesmo ano, que corresponde a um aumento de 3,4% em relação a 2012. Nesse mesmo período, as dormidas cresceram 3%. A grande maioria, 86,3%, escolheu hospedar-se nos hotéis. A nível das dormidas, os hotéis representam 91,5%, as pensões 2,7% e as residenciais 2,3%.



A esta variação não é alheia a capacidade demonstrada para atrair segmentos de procura de fora da Zona Euro, nomeadamente o Reino Unido, que mais do que compensaram a redução observada nestes mercados. O Reino Unido continua ser o principal país emissor de turismo para Cabo Verde, 17.2% das entradas, sendo também o mercado com uma estadia média mais prolongada, 9.0 noites. Em segundo lugar estão Alemanha e França, ambos com 13.4%, e em quarto lugar Portugal, com 10.5%.

A ilha da Boa Vista continua a ser a mais procurada, representando 42.3% das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros. Também em relação às dormidas, a liderança é do Reino Unido com 24.3% do total, seguido da Alemanha, 15.4%, Países Baixos, 9.5%, Portugal, 9.4%, e França, 9.3%.

Em termos de permanência em Cabo Verde, são os visitantes do Reino Unido os que evidenciam uma estadia média mais prolongada, 8.8 noites, seguem-se os turistas provenientes dos Países Baixos, 6.8 noites, os italianos 6.6 noites e os alemães 6.5 noites. Os cabo-verdianos residentes permaneceram, em média, 2.8 noites nos estabelecimentos hoteleiros do país durante o ano 2013.

Continua a verificar-se uma forte dependência do turismo externo, mais de 95% do total das dormidas, com uma quase exclusiva concentração nos mercados europeus.

A Boa Vista é a ilha que mais turistas recebeu no ano passado, com 37.8% do total, seguido do Sal com 37.6% e Santiago com 12.1% e Santiago com 5.1%. Por países, os residentes em Cabo Verde representam apenas 8.9% das entradas e 4.5% das dormidas.

A Ilha da Boavista e do Sal destacam-se, claramente, na capacidade evidenciada para fixar a procura turística, correspondendo-lhes 90% das dormidas: 45.2% na Ilha da Boavista e 43.1% na Ilha do Sal. Em média, a taxa de ocupação-cama geral, foi de 56%, ligeiramente inferior à registada em 2012 (57%). Boa Vista e Sal tiveram as maiores taxas de ocupação – cama com 81% e 58%, respetivamente. Os hotéis foram os estabelecimentos hoteleiros com maior taxa de ocupação – cama, 65%. Seguem-se os hotéis-apartamentos e as pousadas, ambos com 28%.

O tráfego de passageiros nos aeroportos de Cabo Verde registou uma quebra de 3.4% em 2013, passando de 1 849 455 para 1.786.702 passageiros. O tráfego internacional cresceu 6.2%, enquanto o doméstico caiu 15.2%. O turismo foi o grande impulsionador da atividade internacional nos aeroportos, com realce para o de São Vicente (+25.5%), Sal (+11.6%), Santiago (+2,4%) e Boa Vista (+0.2%).

O aeroporto do Sal que foi o único a apresentar um registo global positivo em 2013, movimentou 612 mil passageiros (+2.1%, face a 2012), dos quais 448 mil foram internacionais (+11,6%, face a 2012) em parte devido ao aumento da capacidade hoteleira na ilha. O aeroporto da Boavista movimentou 502 mil passageiros, dos quais 360 mil internacionais. O aeroporto da Praia movimentou 469 mil passageiros (-5,5%), 225mil internacionais (+2,4%). O de São Vicente contabilizou 204.037 passageiros, sendo 52.316 internacionais (+25,5%) e 151.721 domésticos (-9,9%).

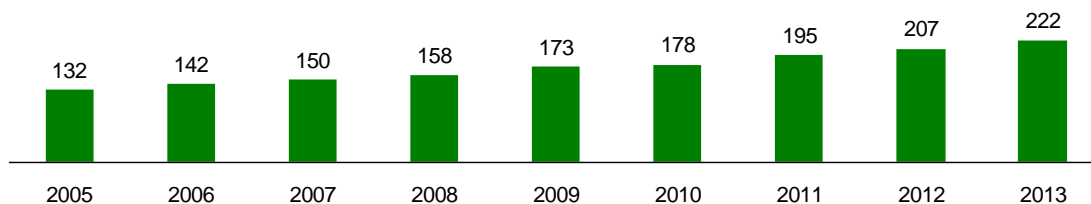
A TACV na Ilha da Praia e em São Vicente, a TAP na Ilha do Sal e a Thomson Airways e a Tuy na Ilha da Boavista são as principais companhias aéreas a servir o arquipélago, o qual conta, também, com ligações internacionais para Marrocos, Senegal, Angola, Brasil, Canárias, França, Reino Unido, Holanda e EUA.



O número de estabelecimentos hoteleiros em Cabo Verde aumentou 7.2 por cento de 2012 para 2013, estiveram em atividade mais 15 estabelecimentos hoteleiros, 222 no total, a que corresponde um acréscimo de 6.6% no total de camas disponíveis.

Evolução da capacidade de alojamento em Cabo Verde, 2005 - 2013

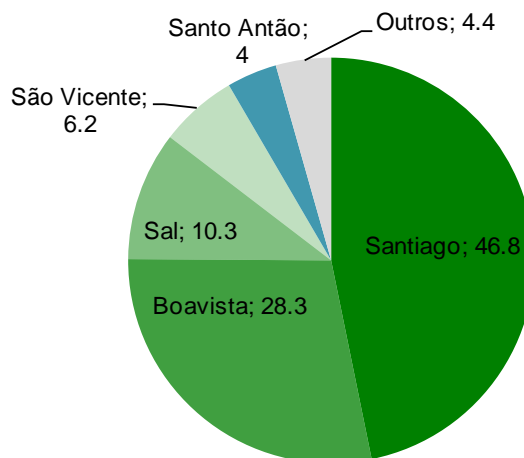
(Nº de estabelecimentos)



Fontes: Instituto Nacional de Estatística (Cabo Verde), ES Research - Research Setorial.

A oferta de camas, 15.995 no total, concentrou-se principalmente na ilha do Sal (46,8%), a que se segue a Boavista (28,3%), Santiago (10,3%) e S. Vicente (6,2%), enquanto as restantes ilhas oferecem 8,4% do total das camas disponíveis.

Distribuição da capacidade de alojamento em Cabo Verde entre as Ilhas, 2013 (% do total)



Fontes: Instituto Nacional de Estatística (Cabo Verde), ES Research - Research Setorial.

A distribuição por tipo de estabelecimento revelou que os hotéis representam cerca de três quartos da capacidade de camas disponíveis (75,3%), com os aldeamentos turísticos a surgirem em segundo lugar (8,3%), seguidos pelas pensões (6,9%) e as residenciais (5,6%). Em relação ao tipo de alojamento, verificou-se maior aumento nos hotéis, com mais seis estabelecimentos do que em 2012. Contudo, as pensões continuam a ser os estabelecimentos hoteleiros com maior peso (32% do total), à frente das residenciais (27%) e dos hotéis (24,3%).

Em finais de 2013, os estabelecimentos hoteleiros inventariados empregavam cerca de 5.755 pessoas, o que corresponde a um acréscimo de 6,9% em relação a 2012.



Este setor tem sabido captar novos segmentos de procura: Turismo de cruzeiro, náutica de recreio e outras atividades de lazer. A atração de novas cadeias hoteleiras, e o contínuo crescimento do nº de dormidas no arquipélago atestam a capacidade de adaptação competitiva que o setor vem demonstrando. A ENAPOR estima que, construídas as infraestruturas necessárias, como o terminal de cruzeiros no Porto do Mindelo (São Vicente), poderá vir a duplicar o número de turistas de cruzeiro nos portos de Cabo Verde até 2020 (em 2013 receberam 157 navios e 75.6 mil turistas).

O desempenho favorável do setor do turismo tem permitido mitigar a menos favorável conjuntura externa. A última missão do FMI ao país constatou que o turismo se mantém numa trajetória favorável sendo esperada uma ligeira recuperação do crescimento em 2014, o que reflete uma melhoria das condições nos principais países parceiros e uma recuperação ténue da procura interna.

Cabo Verde tem vindo a ultrapassar alguns dos principais constrangimentos com que se tem defrontado ao nível das acessibilidades (nomeadamente a deficiente ligação entre ilhas e a articulação entre os diferentes meios de transporte) e das infraestruturas sociais e turísticas. Contudo, permanecem importantes desafios nomeadamente ao nível da sustentabilidade ambiental – captação e fornecimento de água, e gestão de resíduos.

### 2.3.2. Hub de serviços logísticos e marítimos

Em 2013, Cabo Verde, apesar de uma conjuntura macroeconómica menos favorável, consequentemente inibidora do investimento público, situação que se irá prolongar em 2014, não abdicou do seu desígnio estratégico de se tornar uma referência no Atlântico Médio, através do desenvolvimento de uma plataforma de serviços moderna e articulada.

De igual modo, deve ser sublinhado o papel central que o Governo de Cabo Verde tem atribuído ao desenvolvimento de um efetivo Cluster do Mar que, ultrapassando a fase do desígnio e da manifestação de “boas vontades”, se traduza de facto na oferta de bens e serviços competitivos no mercado mundial. É esta ambição que justificou a colocação do cluster do mar no centro da agenda do Conselho de Ministros especializado em assuntos económicos, inovação e competitividade, que decorreu em Fevereiro de 2013 - não menos simbolicamente, na cidade do Mindelo (Ilha de São Vicente) – na sequência da aprovação em Conselho de Ministros da Resolução nº 14/2013, que veio criar o Conselho Estratégico do Cluster do Mar. Nos termos desta resolução é reconhecida a “necessidade de continuar a fomentar políticas de desenvolvimento sustentável, através do reforço de uma abordagem múltipla , que abranja (...) a marinha e os portos, os transportes, as pescas, a aquicultura, o turismo, o lazer, os recursos piscatórios, a tecnologia e as ciências do mar, bem como toda uma gama de serviços internacionais ligados ao mar”.

É, neste contexto, que deve ser compreendido o propósito, recentemente anunciado, de construção de um Parque Tecnológico, cujo datacenter está já a ser construído (Praia), incluindo ainda um centro de formação e qualificação, no quadro da orientação global de desenvolvimento e reforço da rede de recursos humanos e capacitação dos mesmos. Também faz parte deste projeto a criação de uma rede incubadora de incentivos específicos para o IDE (Investimento Direto Estrangeiro) e linhas especiais de financiamento.

Estrategicamente, Cabo Verde pretende emergir como um provedor de serviços orientado para as tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente, posicionando-se como um importante





operador regional de montagem de equipamentos High Tech para a exportação no mercado da África Central.

Para este objetivo transversal de construção uma oferta integrada de serviços com um denominador comum logístico de base marítima, muito pode beneficiar o arquipélago de uma ligação ao mar que se impõe, tal a sua evidência, para lá de qualquer constatação, mais ou menos estruturada, resultante de uma exaustiva formulação estratégica de valências existentes, potencialidades detetáveis e agentes envolvidos. Seja qual for a perspetiva do observador sobre as ilhas é impossível dissociá-la de uma vertente marítima muito vincada, uma vez que, direta ou indiretamente, o mar é cenário omnipresente para o conjunto das diferentes atividades económicas que se vêm afirmando no contexto da economia cabo-verdiana.

A globalização veio reforçar esta constatação conferindo às ilhas uma acrescida centralidade no palco da economia regional, onde usufrui de condições ímpares de projeção. Cabo Verde localiza-se, geograficamente, no centro das importantes rotas comerciais que ligam a África e a Europa aos mercados da América do Sul e da América do Norte encontrando-se plenamente integrado regionalmente, sendo membro da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental).

O Governo de Cabo Verde tem manifestado um forte compromisso com a opção estratégica de reforço do papel do mar como pilar fundamental para a viabilidade futura da economia do país. Deste modo, não se desviando, por razões de natureza conjuntural, de um eixo considerado estratégico para o desenvolvimento e o combate à pobreza no arquipélago.

São múltiplos os exemplos de iniciativas que atestam o esforço continuado e perseverante das autoridades de Cabo Verde na criteriosa concretização e esforço de atração dos diferentes elementos necessários à “edificação” de um corpo articulado de ofertas, envolvendo agentes públicos, privados e empresariais, suscetível de captar para o arquipélago procuras geradas na região do Atlântico Sul, ou a ela dirigidas. O cluster do mar de Cabo Verde pretende, precisamente, corporizar essa resposta aliando a uma localização estratégica impar na região, uma forte determinação e um conjunto de iniciativas em áreas chave:

- **Portos e transportes marítimos** - Destaca-se, em 2012, a expansão e modernização do porto da cidade de Porto Novo (Santo Antão) e a continuidade das obras de modernização e expansão do Porto da Praia (Santiago). No seu conjunto, estes dois portos representam cerca de 75% do volume global de mercadorias movimentadas nos portos do arquipélago. Tratando-se de infraestruturas fundamentais para transformar Cabo Verde num centro de prestação de serviços marítimos de excelência, capaz de atrair o tráfego de navios cargueiros que sulcam o Atlântico onde Cabo Verde poderá atuar como centro de transbordo para a África, a Europa e a América do Sul. Sofreram, igualmente, intervenção os portos de Palmeira (Sal), Sal-Rei (Boavista) e Porto dos Cavaleiros (Fogo).
- **Pescas, aquacultura e indústrias conexas** - Foi anunciada a instalação de uma importante unidade de congelamento e processamento de pescado em Mindelo, São Vicente, obra indispensável para apoiar as frotas pesqueiras a operar na região. De igual forma, a intenção da Islands Seafood (empresa constituída em 2010) de construir uma unidade industrial de tecnologia de ponta de processamento e congelamento de peixe, exportador de produtos de alta qualidade, será mais um elemento contributivo de afirmação de um cluster que tem na vertente da segurança alimentar uma importante referência estratégica. Ao nível da formação, o projeto da nova Escola do



Mar, também na Ilha de São Vicente, pretende relançar a formação na área das atividades marítimas (pescas, aquacultura, cultivo de microalgas).

- **Construção, equipamento e reparação naval** - A privatização dos estaleiros navais da Cabnave arrasta-se há muitos anos e, até ao momento, a empresa Chinese National Fisheries Corporation (CNFC) tem sido apontada como uma das interessadas. A companhia chinesa já é cliente da Cabnave tendo capacidade para garantir mercado aos estaleiros navais sedeados em São Vicente. O Governo tem procurado avançar para a privatização dos estaleiros buscando investidores capazes de reforçar a empresa em capital e em capacidade tecnológica, que lhe permitam atrair as frotas que operam no Atlântico. Foram noticiados outros interessados, nomeadamente da Holanda e da Turquia.
- **Novos usos e recursos do mar (laboratórios, centros I&D, universidades)** - A construção do novo Centro de Oceanografia do Mindelo, beneficiando de financiamento alemão, visa reforçar as competências necessárias ao apoio à investigação oceanográfica já oferecidas pelo Observatório. A localização privilegiada de Cabo Verde para a investigação oceanográfica e o reconhecimento da qualidade da cooperação entre as instituições oceanográficas de Cabo Verde e da Alemanha são aspetos determinantes à capacidade de atração para o arquipélago deste investimento distintivo.
- **Segurança marítima** - O aumento da pirataria marítima no Golfo da Guiné veio criar uma nova procura dirigida a Cabo Verde por empresas de segurança marítima que querem, a partir do arquipélago, garantir a proteção à navegação comercial na área do Atlântico médio. Publicada que está, no Boletim Oficial nº 15 1ª Série de 25 de Março, a resolução que autoriza o exercício da atividade, estão criadas as condições objetivas para o respetivo desenvolvimento com evidentes externalidades positivas para outras atividades realizadas no âmbito do cluster do mar desde a hotelaria, à operação portuária ou à própria reparação naval.

Apesar da dimensão limitada da sua plataforma continental, Cabo Verde dispõe de uma extensa Zona Económica Exclusiva – ZEE: 789.4 mil km<sup>2</sup>, cerca de 9.4% da ZEE de toda a África Subsahariana.

Segundo os padrões globais, os recursos haliêuticos de Cabo Verde não são consideráveis, mas incluem espécies migratórias comercialmente importantes, como os tunídeos, juntamente com pequenos peixes pelágicos (e.g. cavala, chicharro, arenque), alguns peixes demersais (e.g. sargo, salmonete, goraz) e lagostas. O emprego global nos subsectores das pescas e atividades conexas da administração pública representa cerca de 5% do total da força laboral.

Após uma quebra da produção pesqueira em 2009 e 2010, o ano de 2011 assistiu a uma recuperação da produção atingindo as 22.5 mil toneladas. Este é um setor com elevada importância social e estratégica para o país que deverá representar mais de 50% das exportações de mercadorias em 2012, contributo que será potenciado pelo papel crescentemente desempenhado pela indústria conserveira, principalmente com a materialização da futura plataforma de congelamento e processamento de pescado em Mindelo, São Vicente.

Cabo Verde beneficia de um acesso ao mercado da UE com isenção de direitos aduaneiros no que respeita a produtos inteiramente provenientes das pescas, sendo ainda membro da Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico e da Comissão Sub-regional das Pescas.

Cabo Verde tem acordos com a China, a UE, Guiné-Bissau, Japão, Mauritânia e Senegal. Estes permitem que mais de 100 navios estrangeiros pesquem nas águas de Cabo Verde.

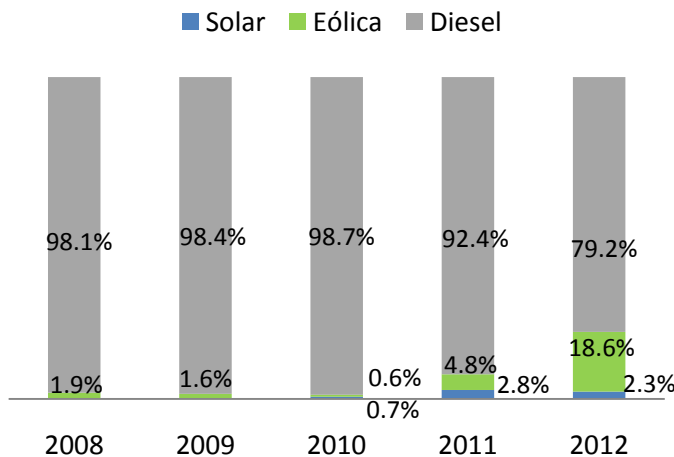


O acordo de pesca entre Cabo Verde e a União Europeia, Decisão 2011/679/UE do Conselho de 10 de outubro de 2011, tem uma duração de três anos e autoriza a pescar nas águas cabo-verdianas 11 atuneiros com canas, 28 atuneiros cercadores e 35 palangreiros de superfície da UE, entre os quais nove portugueses, mais dois do que à luz do anterior protocolo. Os barcos europeus poderão capturar uma quota de cinco mil toneladas por ano, havendo lugar ao pagamento de uma compensação financeira ao país de cerca de EUR 1.3 milhões. Está próxima a abertura das negociações entre a UE e Cabo Verde com vista a um novo acordo de pesca, por isso, o relatório de avaliação (Novembro de 2013) sublinha a importância de concluir um novo protocolo com duração de seis anos.

### 2.3.3. Energia

Na área da energia, elemento imprescindível para o normal desenrolar do processo de crescimento económico e o reforço dos níveis de desenvolvimento humano das populações, o Governo de Cabo Verde consagrou como princípio diretor da sua política energética: “construir, a longo prazo, um país sem dependência de combustíveis fósseis”, garantindo a sustentabilidade do setor e a segurança energética. Desde 2008, é muito assinalável a evolução da produção de energia por fontes renováveis, eólica e solar, as quais viram o seu posicionamento no mix energético de Cabo Verde muito reforçado, passando de menos de 2% do total para, aproximadamente, 21%. O sucesso, que tem representado o desenvolvimento do cluster das energias renováveis no arquipélago levou, o Governo de Cabo Verde, a reforçar a sua aposta na produção de eletricidade a partir de fontes de energia limpas, revendo a meta de penetração de 50% de energias renováveis em Cabo Verde, até 2020, para 100%. Este objetivo foi anunciado no quadro de uma colaboração com o Estado da Renânia-Palatinado (Alemanha).

Mix energético de Cabo Verde, 2008-12 (MWh)



Fonte: Electra.

### 2.3.4. Setor financeiro

Ao nível do setor financeiro, a atividade bancária, em 2013, desenvolveu-se num cenário adverso, caracterizado pela redução da oferta agregada de crédito e num contexto marcado por uma intensa concorrência ao nível da captação de recursos junto dos clientes. A performance do setor bancário, medida pelo volume total de ativos líquidos, acusou uma desaceleração no ritmo do seu crescimento, tendo o saldo agregado ascendido a 176.7 mil milhões de escudos, em Junho de 2013, o que



representa um crescimento de cerca de 7.6% face ao exercício do ano anterior, que compara com 13.1% registados em Junho de 2012. Registou-se uma estagnação da carteira de crédito a clientes, em Junho de 2013 registava-se um acréscimo de 0.35% face a Junho de 2012, enquanto os depósitos de clientes – principal fonte de financiamento - cresceram 8.5%. A evolução do crédito vencido, evidenciou uma deterioração. O peso dessa componente na estrutura do crédito total registou um aumento de 1.7 pontos percentuais, para 11.5%.

Relativamente à distribuição setorial do crédito às empresas não financeiras constatou-se a predominância dos setores da “Construção e obras públicas”, do “Comércio, restaurante e hotéis”, dos “Transportes e comunicações” e dos “Serviços sociais e pessoais”, que juntos representavam, em Outubro de 2013, cerca de 40% do crédito total à economia. O crédito aos particulares representa aproximadamente 50% do total (70%, crédito à habitação).

A iniciativa legislativa do Governo de Cabo Verde, relativa à nova lei de bases do sistema financeiro e da lei das atividades das instituições financeiras, pretende o alinhamento das regras que regulam o sistema financeiro bancário do país com as normas internacionais. Prevê-se, nomeadamente, o reforço dos poderes da supervisão e regulação do Banco de Cabo Verde (BCV), instituir mecanismos de prevenção e gestão de crises bancárias, a criação de um sistema de garantia de depósitos, a harmonização das regras de supervisão e de regulação do setor (on-shore e off-shore) e a introdução da supervisão comportamental.

Um mercado de capitais, desenvolvido e eficiente, desempenha um papel importante na promoção do desenvolvimento económico e social de uma economia, na medida em que proporciona aos agentes económicos meios de financiamento e cobertura de risco (que os bancos não financiam devido a sua dimensão e risco), fomenta o aumento das poupanças internas impulsionando o crescimento económico, reduz os custos da informação e melhora a afetação de capitais e promove a aceleração do crescimento económico através do impulso que conferem ao investimento (em volume e em qualidade).

Nos últimos anos têm sido realizadas ações que visam desenvolver o mercados de capitais cabo verdiano, visando aumentar a qualidade, segurança, estabilidade e sustentabilidade. Em 2013, destaque para a dinamização do Mercado de Dívida Pública.

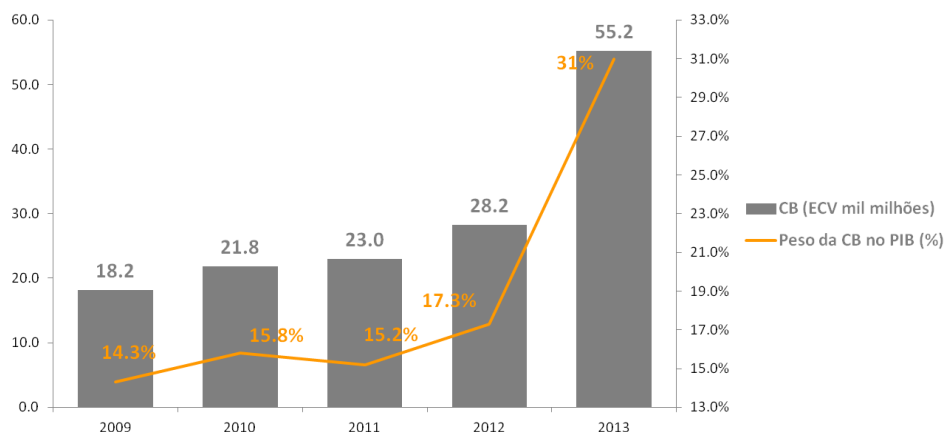
Retrato global e principais Indicadores do Mercado 2010 - 2013

Títulos Cotados	2010	2011	2012	2013
Nº Empresas Cotadas - Equity	4	4	4	4
Nº Corporate Bond Cotadas	16	16	16	17
Nº Municipal Bond Cotadas	2	2	2	2
Nº Títulos do Tesouro (BT e OT)	8	9	46	221
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>31</b>	<b>68</b>	<b>244</b>

Fontes: Bolsa de Valores de Cabo Verde, ES Research – Research Sectorial.

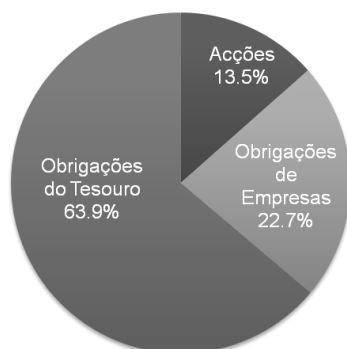
Quanto à capitalização bolsista é de realçar a admissão à cotação do Títulos do Tesouro que impulsionaram o aumento de 95.65% da capitalização bolsista global face ao ano de 2012, fazendo com que o peso da capitalização bolsista global no PIB aumente para 31%.

Capitalização bolsista do mercado e peso no PIB, 2009 - 2013  
(ECV mil milhões)



Fontes: Bolsa de Valores de Cabo Verde, ES Research – Research Sectorial.

Capitalização bolsista do mercado por segmento, 2013



Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde.

### 2.3.5. Tecnologias de informação e da comunicação

A agência de investimento de Cabo Verde aponta este cluster como central para o desenvolvimento do país e que pode contribuir para posicionar Cabo Verde como uma plataforma de serviços e centro de negócios para a África Ocidental. Este cluster é um instrumento para o desenvolvimento de outros clusters centrais do país, como o turismo, o mar, o financeiro, o aeronegócio e também para eficiência dos setores privado e público.

Com o objetivo estratégico de potenciar o desenvolvimento, a visibilidade e a comercialização de serviços de datacenter, financeiros e de valor acrescentado elevado, está a ser construído um parque tecnológico, que será constituído pelas seguintes vertentes: o Centro de Dados (já em construção), um Centro de Negócios, um Centro de Incubação de Empresas, um Centro de Formação e Qualificação. Terá incentivos específicos para o IDE e linhas específicas de financiamento. O Centro de Dados será gerido pelo Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação (NOSI), entidade pública que tem estado na vanguarda da promoção das TIC no país, com destaque para o Programa de Governação Electrónica.

Pretende-se fomentar o clima de inovação e empreendedorismo tecnológico, desenvolver a capacitação em TIC dos recursos humanos nacionais, através da concretização de parcerias com players internacionais de referência no setor.



No relatório Global Information Technology Report verifica-se uma melhoria nos valores de várias rubricas indicativas de utilização de tecnologias, como por exemplo a cobertura de rede móvel que, em 2013, ascendeu a 96% da população e em 2011 esta cobertura era de 69%.

Indicadores de infra-estruturas e conteúdos digitais, 2013

Infra-estruturas e conteúdos digitais	2014	Rank/148
Cobertura de rede móvel (% população)	96	97
Dimensão da rede internet (kb/s per user)	6.3	106
Acesso a conteúdos digitais (escala 1 a 7 mais alta)	4.5	104
Utilizadores de telemóvel/ 100 pop.	86	108
Utilizadores de internet, %	34.7	89
Famílias com computador, %	26.5	87
Famílias com acesso à internet, %	13.7	97

Fonte: World Economic Forum.

## 2.4. Comércio Internacional

Portugal tem sido o principal parceiro comercial de Cabo Verde, e ocupa a primeira posição enquanto fornecedor e a segunda como cliente.

Em 2013, a Espanha surge como o principal parceiro comercial no que concerne às exportações de mercadorias cabo-verdianas, com um share de 67%, com destaque para a exportação de peixe, crustáceos e preparados de peixe.

### Exportações cabo-verdianas por país, 2013

Ranking	País	2013 (EUR Milhões)	Share (%)	TCMA <sub>09-13</sub> (%)
1	Espanha	35.9	67.0	26.6
2	Portugal	8.9	16.5	-2.0
3	Itália	2.9	5.5	328.6
4	França	1.8	3.4	27.9
5	El Salvador	1.8	3.4	—
6	EUA	0.6	1.1	36.3
7	México	0.4	0.8	—
8	Colômbia	0.4	0.8	—
9	Libia	0.4	0.8	—
10	Alemanha	0.1	0.2	72.7

Fontes: UN Comtrade, DESA/UNSD.

Portugal representou, em 2013, um share de 51.3% das importações cabo verdianas de bens. Seguiu-se a Espanha (10.1%), o Brasil (4.5%), e a China (4%) que registou um forte crescimento os últimos 4 anos (TCMA<sub>09-13</sub> de 18.9%).

**Importações cabo-verdianas por país, 2013**

Ranking	País	2013 (EUR Milhões)	Share (%)	TCMA <sub>09-13</sub> (%)
1	Portugal	227.3	51.2	2.8
2	Espanha	44.9	10.1	1.0
3	Brasil	19.9	4.5	-3.8
4	China	17.5	4.0	18.9
5	Tailândia	15.8	3.6	13.3
6	Bélgica	13.9	3.1	18.2
7	Alemanha	13.4	3.0	-8.6
8	Japão	9.3	2.1	-11.4
9	França	9.0	2.0	2.6
10	EUA	9.0	2.0	0.2

Fontes: UN Comtrade, DESA/UNSD.

Relativamente às exportações, a grande maioria concentra-se na fileira do pescado - 43% exportações de peixe e 38% de preparações e conservas de peixe, e crustáceos, 1.8%; seguindo-se o calçado (7.3%) e setor do vestuário – t-shirts (2.3%) e fatos (2%).

**Top 10 das exportações cabo-verdianas, 2013**

Produtos (N.C. 4)	2013 (EUR Milhões)	Share (%)	TCMA <sub>09-13</sub> (%)
0303 - Peixes congelados (exceto os filetes de peixes e outra carne de peixes da posição 0304)	23.1	43.0	24.7
1604 - Preparações e conservas, de peixes; caviar e seus sucedâneos preparados a partir de ovas de peixe	20.9	38.9	29.3
6406 - Partes de calçado, incluídas as partes superiores, mesmo fixadas a solas que não sejam as solas exteriores; palmilhas amovíveis, reforços interiores e	3.9	7.3	10.7
6109 - T-shirts e camisolas interiores, de malha	1.2	2.3	9.5
6203 - Fatos, conjuntos, casacos, calças, jardineiras, calças curtas e calções (shorts), de uso masculino (exceto de malha)	1.1	2.0	-17.9
0306 - Crustáceos, mesmo sem casca, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados ou em salmoura	1.0	1.8	35.2
6107 - Cuecas, ceroulas, camisas de noite, pijamas, roupões de banho, robes e sem elhantes, de malha, de uso masculino (exceto camisolas interiores)	0.9	1.6	0.6
2208 - Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoólico em volume < 80% vol; aguardentes, licores e outras bebidas espirituosas	0.5	1.0	-1.0
1905 - Produtos de padaria, de pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos, mesmo adicionados de cacau, hóstias, cápsulas vazias para medicamentos	0.2	0.4	22.1
0304 - Filetes de peixes e outra carne de peixes (mesmo picada), frescos, refrigerados ou congelados	0.2	0.3	259.0

Fontes: UN Comtrade, DESA/UNSD.



Relativamente aos produtos importados, 19.5% das importações cabo-verdianas, em 2013, foram óleos de petróleo, proveniente principalmente da Holanda. Seguiu-se o arroz com a quota de 3.7%, seguindo-se, produtos alimentares como o leite, carne e açúcar.

### Top 10 das importações cabo-verdianas, 2013

Produtos (N.C. 4)	2013 (EUR Milhões)	Share (%)	TCMA <sub>09-13</sub> (%)
2710 - Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos)	110.1	19.5	22.3
1006 - Arroz	21.1	3.7	0.3
2523 - Cimentos hidráulicos, incluídos cimentos não pulverizados, denominados clinkers, mesmo corados	18.1	3.2	-2.6
0402 - Leite e nata, concentrados ou adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes	12.8	2.3	7.7
0207 - Carnes e miudezas, comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves da posição 0105	10.3	1.8	13.9
1701 - Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido	9.3	1.6	8.0
8703 - Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para transporte de pessoas	8.7	1.5	-6.7
2711 - Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos	8.6	1.5	9.0
8517 - Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia, por fios, incluídos os aparelhos telefónicos por fio, combinados com auscultadores sem fio	8.6	1.5	21.4
1005 - Milho	7.5	1.3	30.6

Fontes: UN Comtrade, DESA/UNSD.

## 2.5 Investimento Direto Estrangeiro

Em 2012, a posição externa líquida de Cabo Verde deteriorou-se face à posição observada no final de 2011, ascendendo a um défice de ECV 193.5 mil milhões, passando a representar cerca de 125% do PIB (que compara com 118% do PIB, em 2011). Na base desta evolução, esteve o aumento dos passivos externos, designadamente, o aumento da dívida externa pública e o aumento do investimento direto estrangeiro. O investimento direto estrangeiro em Cabo Verde apresenta uma TCMA, entre 2004 e 2012, de 21%, tendo ascendido em 2012 a 81% do PIB do país.



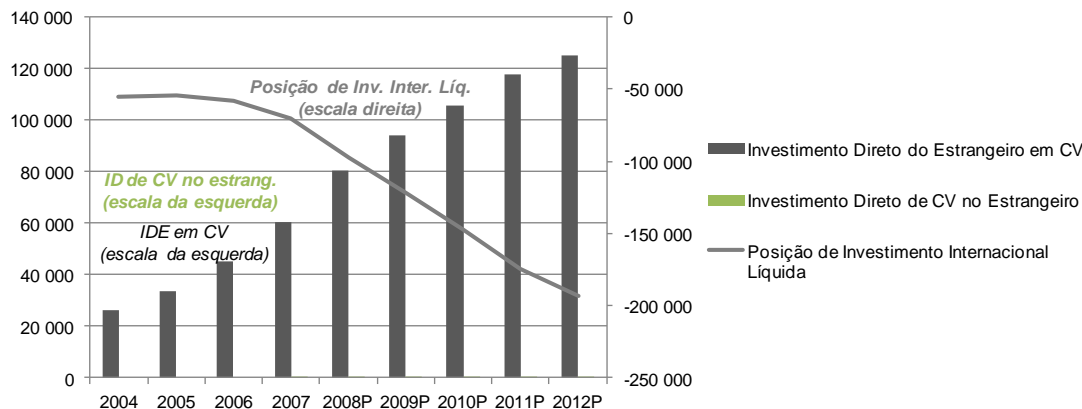


## INTERNACIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

## Investimento Direto Estrangeiro (stock), 2004-2012

(ECV milhões)

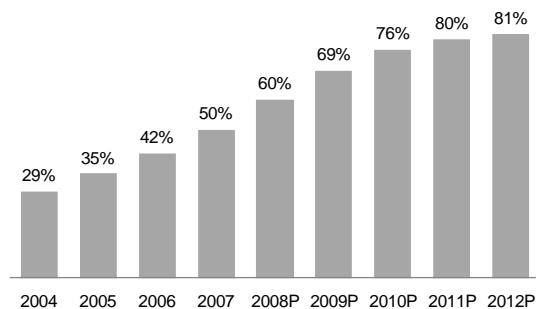


Notas: A Posição de Investimento Internacional resulta dos ativos menos passivos compostos pelo: Investimento Direto; Investimento de Carteira; Outro Investimento; Ativos de Reserva (apenas para a rubrica de ativos).

(P) Provisório.

Fontes: Banco de Cabo Verde, ES Research - Research Setorial.

## Peso do Investimento Direto Estrangeiro (stock) em Cabo Verde, 2004-2012



Fontes: FMI, Banco de Cabo Verde, ES Research - Research Setorial.

## Composição da Posição de Investimento Internacional, 2012

(ECV milhões)

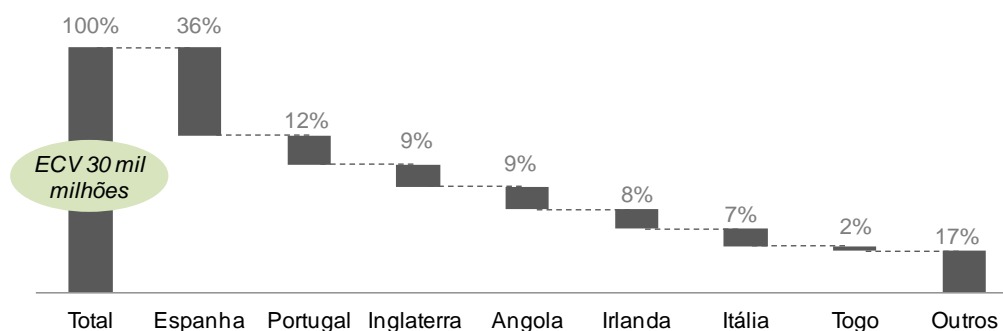
	Milhões de ECV	% dos Ativos
<b>Ativos</b>	<b>70 095</b>	
Investimento Direto (ações e outras participações de capital)	368	0.5%
Investimento de carteira (títulos de participação no capital)	44	0.1%
Outro Investimento (empréstimos, moeda e depósitos, outros activos)	36 905	52.6%
Activos de Reserva	32 778	46.8%
	Milhões de ECV	% dos Passivos
<b>Passivos</b>	<b>263 627</b>	
Investimento Direto (ações e outras participações de capital)	125 288	47.5%
Investimento de carteira (títulos de participação no capital, títulos de dívida)	1 290	0.5%
Outro Investimento (créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, outros activos)	137 049	52.0%
<b>Posição Internacional Líquida (Ativos-Passivos)</b>	<b>-193 532</b>	

Fontes: Banco de Cabo Verde, ES Research - Research Setorial.



Analisando a composição do IDE em Cabo Verde, nos últimos 5 anos (fluxo), por país de origem, verifica-se que Espanha participou com cerca de 36% do IDE, seguindo-se Portugal com a quota de 12%, e Inglaterra com 9%.

Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde, 2009 - 2013, por país de origem  
(Soma dos últimos 5 anos)



Fontes: Banco de Cabo Verde, ES Research - Research Setorial.

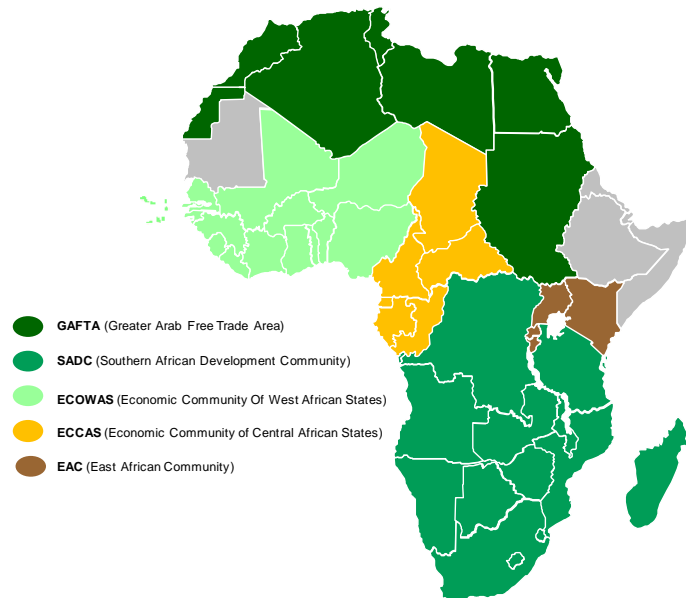
## 2.6 Relações Internacionais e Regionais

A evolução económica das sociedades tem assentado em fenómenos de integração regional que, com modelos e moldes diversos, visam aproximar espaços geográficos contíguos, numa união que pretende promover melhor e maior desenvolvimento económico e social. Esta não é, claro está, a única opção possível para contextualizar o desenvolvimento das sociedades, porém, tem mostrado ser, em vários lugares do nosso planeta, um caminho positivamente diferenciador.

A globalização confere uma acrescida centralidade a Cabo Verde, no palco da economia regional, onde tem condições ímpares de projeção. Cabo Verde localiza-se geograficamente no centro das importantes rotas comerciais, que ligam a África e a Europa aos mercados da América do Sul e da América do Norte. Muito relevante para a afirmação de Cabo Verde como porta de entrada para a África Ocidental é a sua plena integração regional.



Integração económica regional, 2013  
(Exemplos)



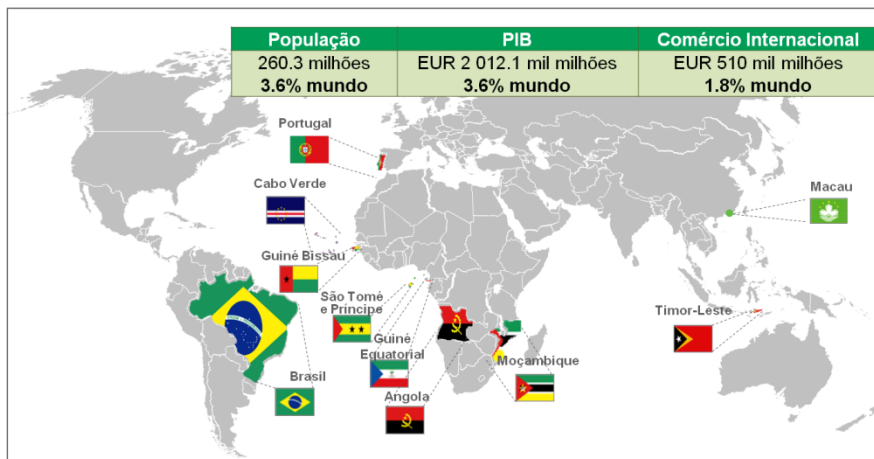
Fontes: Organizações regionais, ES Research - Research Setorial.

Destacam-se as seguintes comunidades nas quais Cabo Verde participa:

- CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
Constituída por Portugal, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, visa a concertação político-diplomática em matéria de relações internacionais, nomeadamente na defesa e promoção de interesses comuns ou questões específicas, a cooperação, particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico, técnico-científico e a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

A língua, como característica unificadora, exerce um forte impacto nas economias a vários níveis, nomeadamente, na dinamização das trocas comerciais, na promoção da globalização empresarial, no desenvolvimento das relações políticas e sociais, no intercâmbio de ideias, e no fluxo de pessoas.

Países que constituem a CPLP<sup>1</sup>, e sua expressão mundial, 2013<sup>E</sup>

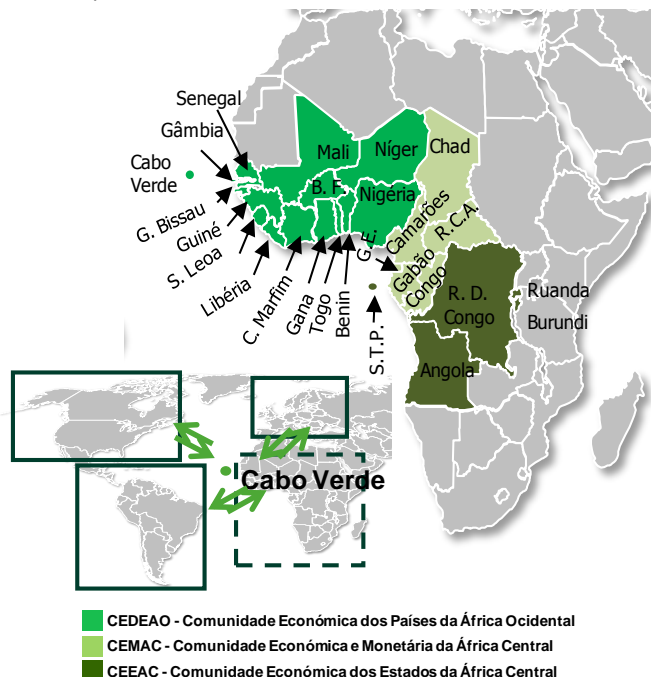


<sup>1</sup> Inclui Guiné Equatorial (observador associado) e Macau. <sup>E</sup> Estimativa.  
Fontes: ONU, FMI, ES Research - Research Setorial.

- CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

A CEDEAO/ECOWAS, organização regional de integração económica dos países da África Ocidental, compreende cerca de 230 milhões de consumidores nos 15 estados membros, entre os quais se encontra Cabo Verde.

CEDEAO – países membros



Fontes: Organizações regionais, ES Research - Research Setorial.

- AfDB – African Development Bank

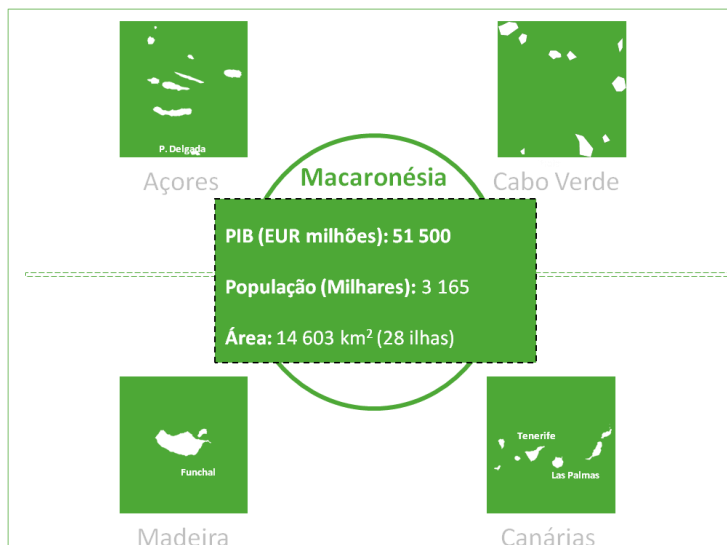
Fundada em 1964, esta instituição financeira teve por base 3 fundos africanos de desenvolvimento. Tem por objetivo permitir o desenvolvimento económico sustentável e a redução da pobreza no continente africano. Portugal é um dos membros não regionais desde 1982.

- Macaronésia/UE

Espaço de concertação política e de cooperação para o desenvolvimento entre os arquipélagos dos Açores, das Canárias, de Cabo Verde e da Madeira, que em conjunto estabelecem uma parceria no âmbito das regiões ultraperiféricas da UE. A 9 de Dezembro de 2011, a UE concedeu ao país o estatuto de beneficiário do "Sistema Geral de preferências (SGP)+". Cabo Verde foi o primeiro país africano a alcançar este estatuto.

Quando Cabo Verde deixou de ter o estatuto da ONU de "País Menos Desenvolvido", em Dezembro de 2007, foi-lhe concedido um período de transição, que expirou a 31 de Dezembro de 2011. O SGP+ é um Acordo de Parceria Económica (APE) que garante um melhor acesso aos mercados europeus para os produtos e serviços cabo-verdianos, desde que haja um compromisso de implementação efetiva das 27 convenções internacionais mais importantes em termos de respeito pelos direitos humanos e laborais, pelo ambiente e boa governação.

## Contexto Económico da Macaronésia



Fontes: FMI, INE Cabo Verde, INE Portugal, ISTAC, ES Research – Research Sectorial.

Relativamente a acordos internacionais destaca-se o acordo de Cotonou que nasceu no seguimento da Convenção de Lomé, assinada em 1975, era o acordo de cooperação mais abrangente nas relações entre Europa e países terceiros combinando um regime de comércio de acesso preferencial ao mercado europeu dos produtos oriundos dos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) com um pacote de ajuda financeira e técnica. Revista por 3 vezes (em 1979, 1986 e 1989), a Convenção de Lomé, na sua 4ª versão, veio a expirar a 29 de fevereiro de 2000 sendo assinado, em **Cotonou** (Benim), um novo acordo de parceria, em junho do mesmo ano. No entanto, a entrada em vigor deste acordo estava previsto apenas para 2002. O **Acordo de Cotonou** constitui uma nova fase na cooperação entre os países ACP e a União Europeia esperando-se que o mesmo venha a ser um instrumento poderoso na erradicação da pobreza através do desenvolvimento sustentável e da integração gradual dos Países ACP na economia mundial. O crescimento económico sustentado é essencial para o desenvolvimento económico e social de todos os países, em particular daqueles que estão em vias de desenvolvimento. A democracia, o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, incluindo o direito ao desenvolvimento, boa e transparente governação em todos os setores da sociedade, bem como uma participação efetiva da sociedade civil, são uma parte essencial das fundações necessárias para a realização de um desenvolvimento sustentável centrado nas pessoas e na sociedade. O Acordo de Cotonou trouxe uma nova visão da cooperação. A nova parceria combina a ajuda para o desenvolvimento, a dimensão política e os aspetos comerciais. O seu principal objetivo é a redução da pobreza nos Estados ACP. O novo quadro institucional foi moldado por uma conjuntura internacional que força uma progressiva liberalização do comércio e, por outro lado, pelo reconhecimento dos poucos progressos que as economias dos 71 países ACP, entre os quais se encontram 39 dos mais pobres Estados do globo, registaram ao longo de 25 anos de cooperação. Embora o Acordo de Cotonou seja uma política da União Europeia para o desenvolvimento dos países ACP, ao nível individual os Estados Membros implementam as suas próprias políticas unilaterais de ajuda e cooperação muitas vezes baseadas em ligações históricas, originárias dos tempos coloniais, e acordos de solidariedade.

A cooperação entre a União Europeia e os Países ACP, anteriormente reservada aos Governos Centrais, passou a uma parceria aberta a outros atores, não estatais: a sociedade civil. A participação da sociedade civil e dos agentes económicos e sociais é incentivada por determinadas disposições inovadoras previstas pelo novo acordo, designadamente no que diz respeito ao acesso à informação e



associação das organizações não-governamentais com vista à sua participação na execução dos projetos. O acordo apresenta as seguintes prioridades:

- O reforço da dimensão política do Acordo, prevenindo a ocorrência de crises, evitando conflitos, consolidando a paz;
- A participação da sociedade civil, ao incentivar o envolvimento dos agentes económicos e sociais, essencialmente no que respeita ao acesso à informação e associação das organizações não-governamentais na execução de projetos;
- Um quadro para a cooperação económica e comercial, a criar em 2008, possibilitando progressos na liberalização das trocas comerciais entre a União Europeia e os países ACP;
- A redução da pobreza e a reforma da cooperação financeira.

A Comissão Europeia sublinha o interesse em **apoiar o setor privado** o qual deverá desempenhar um papel impulsionador no processo de desenvolvimento. O reforço do diálogo entre o setor público e o setor privado, as parcerias, a criação de um enquadramento favorável às empresas, o acesso aos fatores de produção e, nomeadamente ao investimento estrangeiro são elementos-chave do novo acordo. Nesse sentido identificam-se um conjunto de ações de modo a sustentar o desenvolvimento do setor privado nos Países ACP, como o desenvolvimento de reformas fiscais progressivas para manter a capacidade dos Estados ACP, a diversificação para promover o crescimento na indústria do trabalho intensivo e valor acrescentado, o investimento em capital humano, o apoio às PMEs.

Relativamente aos instrumentos financeiros de apoio ao setor privado salientam-se:

- Fundo Europeu de Investimento (FED);
- Banco Europeu de Investimentos (BEI): apoio no financiamento de programas/projetos de desenvolvimento nos ACP;
- Facilidade de Investimento “ProInvest” e EBAS: apoio ao setor privado;
- Centro de Desenvolvimentos Empresarial (CDE): apoio apoia a criação, a extensão, a diversificação e a reestruturação de empresas ACP de produção de bens e serviços bem como o alargamento dos conhecimentos técnicos e da competência dos consultores e das sociedades de consultoria e o encorajamento de parcerias técnicas, comerciais e financeiras entre empresários ACP/UE.

### III – APOSTAS DE DESENVOLVIMENTO

#### 3.1 Programas de Desenvolvimento Económico e Social de Médio Prazo

As autoridades cabo-verdianas estabeleceram uma agenda de atuação para o período compreendido entre 2012 e 2016, com o objetivo de assegurar uma economia competitiva e sustentável que possibilite a diminuição significativa da pobreza. O denominado DECRP III (Documento de Estratégia de Redução da Pobreza) assenta em cinco eixos fundamentais de atuação: (i) infraestruturas, (ii) capital humano, (iii) boa governação, (iv) reforço do setor privado e (v) afirmação do país a nível global. Sendo que a concretização destes eixos passarão pela execução de investimentos por setores, pela melhoria de serviços públicos prestados aos cidadãos e pela otimização de atividades de natureza burocrática. É desejo das autoridades governamentais que a operacionalização deste documento estratégico tenha presente as características da pobreza em Cabo Verde, muito centrada no setor primário e em faixas etárias mais jovens.



- i. Infraestruturas:
  - a. O desenvolvimento de infraestruturas de transporte reveste-se de especial importância dada a condição de arquipélago do país e a necessidade de promover a integração entre todos os agentes económicos, desde produtores e fornecedores de bens e serviços, até aos consumidores finais. Assim, é objetivo promover o desenvolvimento do sistema de portos cabo-verdianos, no sentido de possibilitar o transporte inter-ilhas e a internacionalização da economia, devidamente adaptados aos sistemas logísticos necessários para carga e passageiros. Também ao nível do sistema aeroportuário pretende-se promover, consolidar e desenvolver as infraestruturas de acordo com os padrões de segurança e eficiência exigida dada a crescente procura turística. Já no que se refere ao desenvolvimento de infraestruturas rodoviárias, a consolidação do Instituto de Estradas será fundamental para a conservação do atual sistema rodoviário, bem como o surgimento de novas vias que possibilitem a circulação de pessoas e mercadorias.
  - b. Ao nível dos recursos hídricos, que inclui a construção de barragens, diques, furos e reservatórios, os investimentos previstos serão no sentido da promoção da produção agrícola e pecuária, setores com especial importância em termos sociais e económicos e, por isso, decisivos no processo de combate à pobreza.
  - c. Relativamente ao fornecimento de energia, as preocupações de investimento centram-se na melhoria do fornecimento de energia, quer para colmatar deficiências de abastecimento, quer de alargamento da rede, com vista à promoção da equidade e competitividade da economia. É objetivo das autoridades atingir uma quota de energia renovável na ordem dos 50% do total de energia consumida até 2020.
  - d. No plano da habitação, essencial no combate à pobreza, propõe a redução de 20% do défice habitacional, por via da aquisição de 8 155 novos fogos habitacionais e da reabilitação de mais de 15 000 moradias.
  - e. Por último, no que se refere ao fornecimento de água e saneamento, é objetivo do Governo melhorar a prestação de serviços, reduzir as perdas na distribuição e incrementar a gestão dos recursos hídricos, onde a criação da Agência Nacional de Águas e Saneamento será muito importante.
- ii. No eixo referente ao capital humano os investimentos irão centrar-se, entre outras, nas funções de educação, da saúde, da justiça, da cultura, do trabalho e da proteção social.
  - a. O Governo valoriza a necessidade de qualificação dos recursos humanos como condição para promover a instalação de empresas e conseqüentemente a dinamização do mercado de emprego, fundamental no processo de redução da pobreza. Será essencial a melhoria da qualidade do ensino básico e secundário, conjugada com o desenvolvimento do ensino técnico e profissional e o reforço do pré-escolar, com o objetivo de alargar a escolaridade obrigatória para doze anos e o aumento, a nível territorial, do número de creches e jardins-de-infância. Relativamente ao ensino secundário, o propósito passa por favorecer métodos de ensino que transmitam uma base sólida em línguas, tecnologias e ciências. Relativamente ao ensino superior e, face ao crescimento significativo da frequência do número de alunos, importará, de futuro, credenciar a qualidade da oferta existente, bem como formar docentes que garantam uma boa qualidade de ensino. De um modo transversal ao sistema de ensino, pretende-se dinamizar a ação social escolar como



- meio de garantir que, tanto quanto possível, todos os estratos populacionais tenham condições de aceder ao sistema de ensino.
- b. No plano da saúde, ao longo dos últimos anos, tem-se assistido a progressos graduais na diminuição de doenças transmissíveis. O foco das atenções futuras centrar-se-á nas melhorias ao nível da promoção da saúde materno infantil e na luta contra doenças não transmissíveis. É intenção das autoridades promover a estruturação do sistema de saúde, a melhoria dos recursos humanos e o desenvolvimento da rede de primeira linha (centros e postos de saúde), que aliviem a pressão sobre a rede hospitalar.
  - c. No que toca à proteção, destaca-se o programa afeto ao Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos e executado pelo Instituto Cabo Verdiano da Criança e Adolescente (ICCA) - organismo que exerce um papel fundamental de garante da proteção dos direitos e segurança das crianças e adolescentes em situação de risco, e sua posterior integração escolar, sócio-familiar e/ou profissional. Apesar dos esforços prosseguidos, muitas crianças e adolescentes continuam a enfrentar dificuldades económicas e sociais acrescidas. A pobreza e consequente agravamento das condições de vida condicionam a plena realização dos direitos e colocam estes grupos sociais em situação de risco e vulnerabilidade permanentes.
- iii. Através do eixo da boa governação, as autoridades pretendem implementar um conjunto de setenta e cinco programas transversais e setoriais que promovam a melhoria da qualidade de governação.
- a. Desde logo, a adoção do orçamento baseado em resultados num contexto de planeamento estratégico, orientando a despesa pública numa lógica de gestão com base em resultados. No âmbito das finanças públicas, é intenção das autoridades a bancarização do tesouro, o reforço na gestão da dívida e o reforço do sistema nacional de aquisições públicas. Ao nível da racionalização das estruturas do Estado, aposta na procura de sinergias e ganhos através da fusão/criação de distintas entidades da Administração Central.
  - b. A reforma e reforço do sistema de regulação, com o contributo importante do pilar de convergência técnico normativa da Parceria Especial de Cabo Verde com a União Europeia, pretende elevar a qualidade e eficiência da supervisão económica e técnica em vários setores económicos de Cabo Verde.
  - c. Desenvolvimento do Sistema de Investimento Público e a implementação de práticas melhoradas de avaliação e seleção de projetos de investimentos públicos.
  - d. Capacitação do INE enquanto elemento central da produção oficial de estatísticas, constituindo também uma prioridade fundamental, de forma a fornecer aos agentes económicos o conjunto de informações necessárias para a avaliação do contexto sócio-económico.
  - e. Será dada, igualmente, atenção à melhoria do sistema de cadastro predial, procurando o reforço da segurança jurídica nas transações imobiliárias. Um sistema transparente e articulado de gestão territorial entre todos os atores envolvidos, com especial enfoque no papel dos Municípios, é condição necessária à indispensável melhoria do ambiente de negócios.
  - f. A ação governativa continuará debruçada na solidificação, introdução e disseminação de novas tecnologias de informação em vários domínios, como por exemplo ao nível





- da educação e da melhoria da qualidade e eficiência da Administração Central e Local.
- g. No plano da segurança interna, estão contemplados programas de ação que visam a prevenção e a repressão do crime, nomeadamente a apreensão de armas ilegais, a luta contra a delinquência juvenil e o aumento da capacidade de combate a fenómenos de criminalidade organizada, especialmente de cariz urbano e mais violenta. A Polícia Nacional e a Polícia Judiciária vão ver as respetivas capacidades de intervenção e investigação reforçadas.
  - h. No plano da defesa nacional, a reforma e apetrechamento das Forças Armadas constituirá um reforço substancial para a garantia da segurança em domínios fundamentais tais como o patrulhamento e controlo da Zona Económica Exclusiva e a mitigação de riscos associados a fluxos e tráficos ilícitos. Para tal, é objetivo o reforço do número de horas de patrulhamento aéreo e marítimo com recurso a novos meios para a Guarda Costeira.
  - i. Relativamente às políticas de ambiente, pretende-se otimizar a articulação e implementação da segunda edição do Plano Nacional de Ação para o Ambiente entre a Administração Central e Municípios, melhorando o nível de coordenação em função do equilíbrio ambiental face ao desenvolvimento económico desejado. Apostar-se-á na implementação de programas de consolidação e requalificação ambiental, com a elaboração dos correspondentes instrumentos de gestão (planos de gestão para áreas florestais, regulamentação das áreas protegidas, entre outros).
  - j. Ao nível da investigação e desenvolvimento, destaca-se a investigação ligada à pesca com vista ao melhor conhecimento e à utilização mais racional e sustentável dos recursos marinhos, e também a melhoria dos serviços de meteorologia e geofísica com vista à melhoria da modelização, previsão climática e mitigação dos riscos associados aos desastres naturais.
- iv. No eixo relativo ao setor privado, é essencial que se desenvolvam as competências de gestão das cadeias de valor, tendo em vista o provimento de produtos e serviços marca Cabo Verde que se consigam afirmar pela qualidade/preço. Pretendem as autoridades que sejam identificadas e desenvolvidas oportunidades de negócio, cadeias de valor e medidas concretas que sejam implementáveis, para facilitar o comércio, impulsionar a produção e a qualidade e fomentar novas oportunidades de negócios que aumentem a competitividade internacional do país, diversifiquem e ampliem a base produtiva, e posicionem o país como uma plataforma internacional para serviços de alta qualidade. O papel do setor privado é por isso fulcral na criação e instalação de empresas e na promoção de parcerias com investidores externos. Já o Estado terá um papel como facilitador e regulador através da implementação de um quadro institucional que assegure a adequação das estruturas administrativas, que promova a reforma da legislação laboral, e que aposte fortemente no desenvolvimento da formação técnica e profissional nas áreas identificadas. Relativamente a *clusters* prioritários, podem-se identificar os seguintes objetivos:
- a. A organização das fileiras agropecuárias e o desenvolvimento de uma pesca competitiva e sustentável tomam especial importância neste eixo, com vista ao fortalecimento do setor privado nestas áreas chave em que converge uma parte importante dos recursos plurianuais;
  - b. No que toca à pesca, procurar-se-á trabalhar com os operadores nacionais com ações de formação em gestão de negócio e também com medidas para melhoria do acesso ao crédito, para além da implementação de um sistema sólido de certificação e segurança, segundo os melhores critérios internacionais;



- c. Nos agro-negócios, a rentabilização do investimento realizado para mobilização de recursos hídricos, a fim de gerir de forma sustentável os novos perímetros irrigados para desenvolver fileiras de produtos agrícolas de alto valor acrescentado;
- d. O desenvolvimento de um modelo de turismo mais diversificado e sustentável constitui também um dos objetivos primordiais, conforme descrito no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo (2010-2013).
  
- v. Por último, relativamente ao Eixo Nação Global, o Governo pretende desenvolver, de forma pragmática, os laços político-económicos no plano bilateral e multilateral onde, para além da importância das trocas comerciais com a União Europeia, Cabo Verde conta com os emigrantes na Diáspora como importante alavanca para o desenvolvimento das ilhas via transferência de remessas, investimentos e também como fonte de recursos humanos qualificados que aportam ao país uma mais-valia em termos de liderança nos setores público e privado. Neste contexto, o Governo conta implementar ações para materializar a ideia de uma Nação Global sem fronteiras.

### 3.2 Projetos Estruturantes em Curso ou Planeados

Cabo Verde está a viver um período determinante no seu processo de desenvolvimento. Vários constrangimentos macroeconómicos já identificados, muitos deles fruto do próprio contexto de crise internacional, têm condicionado a evolução do investimento direto estrangeiro, da ajuda externa e das remessas de imigrantes, já para não falar da necessidade de consolidação orçamental fruto da tendência de crescimento do endividamento público. O país tem tentado criar novas bases de crescimento sustentável através do desenvolvimento do setor privado, da diversificação da economia, da melhoria da eficiência das infraestruturas e do aumento da qualidade dos recursos humanos. Será determinante o apoio que o país terá no financiamento dos projetos de investimento que será necessário implementar, nomeadamente, no que se refere a instituições financeiras oficiais.

A construção de infraestruturas é uma condição necessária para aumentar a produtividade e a competitividade e, portanto, promover a diversificação económica e o desenvolvimento sustentável, incluindo a criação de postos de trabalho e melhorar a qualidade de vida das famílias. Neste aspeto, é essencial o desenvolvimento e a melhoria de infraestruturas críticas nos setores do transporte marítimo e da energia, onde foram identificadas lacunas graves. Face à característica de ser um arquipélago, o processo de consolidação e integração territorial é essencial para a facilitação da circulação de bens, serviços e pessoas.

O Governo de Cabo Verde tem-se esforçado em estabelecer um sistema de transporte inter-ilhas fiável e eficiente, com a finalidade de fortalecer os vínculos económicos, a redução de custos de transporte e de armazenamento, assim como, alcançar um crescimento económico inclusivo. É neste contexto que se enquadram dois projetos portuários nas ilhas de Maio e de São Nicolau, que contribuirão para o desenvolvimento da economia, do turismo e do cluster marítimo, criando um novo terminal de passageiros e uma zona de carga, o que ajudará a criar condições apropriadas para apoiar a indústria de pesca, o setor náutico de recreio e as atividades marítimo-turísticas. Também está prevista a reabilitação do porto de pesca do Mindelo e também a possibilidade da dragagem e ampliação do porto do Tarrafal.

Cabo Verde pretende igualmente posicionar-se como um centro regional de transbordo e melhorar a ligação marítima para o continente. Neste sentido, será importante o desenvolvimento do porto de



águas profundas no Mindelo, bem como, posteriormente, o desenvolvimento do corredor inter-modal a Praia, Dakar e Abidjan.

Na área da energia, as autoridades pretendem promover investimentos na área das energias renováveis, a fim de reduzir os custos associados e promover um crescimento mais sustentável, implementar projetos que levem ao aumento da capacidade de produção de energia (centrais térmicas na Ilha de Maio) e à reestruturação da rede de distribuição (com o objetivo de ter todo o arquipélago coberto pela rede elétrica até 2015), com o objetivo de alcançar níveis de eficiência e um mix energético adequado até 2020. Nesta área importa referir a expectativa do início das obras da barragem de São João Baptista em 2015.

Serão igualmente concentrados esforços em investimentos que permitam um melhor controlo na utilização dos recursos hídricos e da gestão de recursos naturais, como o propósito de promover um desenvolvimento sustentável.

No setor do turismo, destaque para o anúncio do lançamento de um projeto turístico no ilhéu de Santa Maria, junto à ilha de Santiago, num valor estimado de USD 200 milhões, envolverá a construção de um hotel, de um centro internacional de convenções, uma estância termal, uma marina e a requalificação da orla marítima da Gamboa. Neste setor, de futuro, destaque para a possibilidade do desenvolvimento de parcerias público privadas para o desenvolvimento de zonas turísticas especiais em localizações privilegiadas em algumas ilhas.

No que respeita ao setor industrial, numa lógica de diversificação da atividade económica e no aproveitamento dos recursos cabo-verdianos, algumas oportunidades de investimentos poderão surgir em áreas diversas, como são exemplo, desenvolvimento de unidades de frio e processamento de pescado e produção e processamento de sal.

Por último, relativamente ao setor dos serviços, importantes avanços deverão ocorrer ao nível das tecnologias de informação e comunicação e também ao nível do setor aeroportuário, nomeadamente, relativamente à possível privatização da companhia Transportes Aéreos de Cabo Verde (TACV), à materialização de um *hub* regional a partir do arquipélago e ao desenvolvimento do negócio de manutenção de aeronaves.

### **3.3 Reforço da internacionalização do país, incentivos e enquadramento legal para o investimento.**

Cabo Verde tem, repetidamente assumido, pela voz dos seus principais responsáveis, que a garantia da sustentabilidade do desenvolvimento a médio e longo prazo passa pela capacidade demonstrada para o desenvolvimento de um conjunto de clusters articulados, como por exemplo, do mar, do ar e das tecnologias de informação e comunicação, que, não comprometendo a estabilidade macroeconómica do país, tenham capacidade mobilizadora de Investimento Direto Estrangeiro, indutor do alargamento da base produtiva da economia, essencialmente fundada no setor dos serviços. Deste modo, estimulando o processo produtivo em moldes de competitividade, não só nacional como também internacional, compagináveis com o desejado reforço da resiliência da economia das ilhas perante as inevitáveis flutuações da conjuntura externa a que uma pequena economia aberta se encontra necessariamente exposta. Neste contexto, o investimento direto estrangeiro não poderá deixar de se constituir como um dos eixos incontornáveis da pretendida continuidade do processo de desenvolvimento de Cabo Verde, apostando-se no desenvolvimento humano, na simplificação de procedimentos administrativos, na criação de um ambiente favorável à realização de negócios e na credibilidade externa das políticas



macroeconómicas como fatores de atração desse mesmo investimento que, entre outros efeitos, promova o bem-estar económico, social e cultural das populações, a redução das assimetrias socioeconómicas regionais, o fortalecimento do tecido empresarial e a capacidade produtiva nacional, a melhoria da qualidade da mão-de-obra cabo-verdiana, o fomento da inovação e da transferência tecnológicas, o incremento e diversificação das exportações, a melhoria das infraestruturas económicas do país e a inserção e integração competitiva no mercado regional.

Em janeiro de 2013, as autoridades cabo-verdianas aprovaram um novo código de Investimento que, a fim de beneficiar das garantias e benefícios, pretende enquadrar os investimentos de natureza económica que se concretizem no próprio território ou em território estrangeiro a partir de Cabo Verde, concretizados por investidores cabo-verdianos ou estrangeiros.

A legislação aprovada equipara os investidores estrangeiros aos nacionais, concedendo-lhes o mesmo tratamento, a fim de garantir a segurança e proteção aos investimentos, enquadrando transferência de divisas de todos os montantes a que legalmente o investidor tenha direito, estabelecimento de contas em divisas para realização de operações e a aplicação de um regime de recrutamento de trabalhadores estrangeiros. Para além dos procedimentos legais, setoriais e gerais em vigor no país, a concretização de um investimento obriga a uma autorização prévia; no entanto, sempre que se trate de transferências financeiras para o exterior, as operações terão que ser registadas no Banco de Cabo Verde.

Os investimentos realizados podem beneficiar de incentivos de carácter geral ou específico, dependentes ou automáticos, contratuais, condicionados ou temporários, sob a forma de isenções, reduções de taxas, deduções à matéria coletável e à coleta, de amortizações e reintegrações aceleradas ou de crédito fiscal por investimento, conforme estabelecido no Código de Benefícios Fiscais. As atividades que, pelas suas características (dimensão, natureza, implicações económicas, sociais, ecológicas ou tecnológicas, ou outras) sejam classificadas como estratégicas no quadro delineado para o desenvolvimento do país, ou que necessitem da inclusão de cláusulas, garantias ou condições especiais não incluídas no regime geral vigente, poderão assumir a figura de Convenção de Estabelecimento, que deverá ser celebrada entre o Estado e o investidor estrangeiro. Para que o investimento em questão seja beneficiário de incentivos excecionais no âmbito de uma Convenção de Estabelecimento, cumulativamente, deverá preencher os seguintes requisitos:

- Envolver a criação de 100 postos de trabalho direto no prazo três anos ou cinquenta postos diretos no prazo de um ano e meio, no caso de investimentos realizados fora dos concelhos urbanos da Praia, Sal e Boa Vista.
- Deverá ser um investimento relevante para o crescimento e desenvolvimento da economia ou que já esteja incluído no programa do Governo.
- O investimento elegível deverá ser superior a 10 milhões de contos ou 5 milhões de contos, cabo-verdianos, no caso de investimentos realizados fora dos concelhos urbanos da Praia, Sal e Boa Vista;

Já o Código dos Benefícios Fiscais, nos seus artigos 42.º e seguintes, reconhece isenções de direitos aduaneiros para determinados produtos/setores (agricultura, pecuária e pesca; indústria; aeronáutica civil; transporte marítimo; comunicação social; equipamentos musicais e materiais desportivos). De referir, ainda, que, em virtude da sua adesão à Organização Mundial do Comércio, Cabo Verde perdeu o seu anterior estatuto de Zona Franca, sendo que, em Janeiro de 2011, foi publicada legislação (Decreto-Legislativo n.º 1/2011, de 31 de Janeiro) que cria o Centro Internacional de Negócios de Cabo Verde (CIN), onde, às entidades licenciadas e em funcionamento no CIN, são concedidos benefícios de natureza aduaneira (isenção de direitos aduaneiros na importação de determinados bens e dispensa de



licença de importação na importação de bens, produtos e matérias-primas – consultar artigo 20.º do novo Código dos Benefícios Fiscais). O “CIN-Centro Internacional de Negócios” contempla o “CII-Centro Internacional Industrial”, o “CIC-Centro Internacional de Comércio” e o “CIPS-Centro Internacional de Prestação de Serviços” nos quais se autoriza o exercício de atividades de natureza industrial, comercial ou de prestação de serviços destinadas ao comércio internacional. Mediante um pedido de licenciamento de instalação, no correspondente Centro Internacional, e pagamento das respetivas taxas, as empresas acederão a benefícios fiscais e aduaneiros.

Às entidades licenciadas no CIN (Comércio/Indústria/Serviços) são concedidos os seguintes benefícios fiscais:

- CIN Comércio/Indústria: taxas reduzidas de IUR, aplicável aos rendimentos derivados de operações realizadas com outras entidades instaladas no CIN ou com entidades não residentes e sem estabelecimento estável em Cabo Verde - taxas de 5%, 3.5% ou 2.5% para entidades com, respetivamente, 5 (cinco), 20 (vinte) ou 50 (cinquenta) trabalhadores dependentes;
- CIN Serviços: taxas reduzidas de IUR, IUR aplicável aos rendimentos derivados de operações realizadas com outras entidades instaladas no CIN ou com entidades não residentes e sem estabelecimento estável em Cabo Verde: 2.5% para entidades com mínimo de 2 trabalhadores dependentes;
- Isenção de direitos aduaneiros na importação de matérias-primas e materiais diversos, equipamentos, materiais de construção, veículos e outros destinados ao funcionamento da empresa (consultar lista completa de isenções e suas limitações).

### 3.4 Recursos Humanos, Técnicos e Científicos

As autoridades cabo-verdianas têm sustentado a política de que as instituições do ensino superior devem estar alinhadas com as prioridades de desenvolvimento do país, a fim de ajudarem à construção de uma sociedade dinâmica, competitiva e inovadora, com a prosperidade partilhada por todos, gerando conhecimento para o crescimento económico. Como já identificados anteriormente, o desenvolvimento futuro de Cabo Verde deverá centrar-se em quatro grandes grupos, nomeadamente, o Cluster do Mar, utilizando preferencialmente a cidade do Mindelo, na ilha de São Vicente, para um grande centro de pesca, de operações de afretamento marítimo, e de pesquisa oceanográfica na região; o Cluster do Céu, preferencialmente localizado na ilha de Sal, transformando-a num centro de manutenção de aeronaves das linhas aéreas internacionais; as Tecnologias de Informação e Comunicação e os Serviços Financeiros. Para tal, o país deverá obter melhorias importantes na qualificação dos seus recursos humanos a fim de competir no mercado global, acelerando o processo de transformação económica e de modernização do país, no sentido de sustentar a continuação de um crescimento económico que permita levar ao desenvolvimento humano e a uma nova redução substancial da pobreza e do desemprego.

Ao nível do seu sistema de ensino, Cabo Verde tem alcançado um progresso muito significativo ao longo das últimas décadas. Por um lado, pelas melhorias obtidas no ensino básico e secundário, com o país a alcançar a escolarização básica universal. Consequentemente, verificou-se uma pressão significativa do número de alunos a quererem entrar no ensino superior, fazendo com que o número de instituições e o número de licenciaturas lecionadas tenham crescido significativamente. No início do milénio, em Cabo Verde, não existia nenhum estabelecimento do ensino superior; em 2011, existiam nove (um público e oito privados). O número de alunos matriculados subiu de 3 247 para, aproximadamente, 11 000. Este crescimento muito significativo do ensino superior, apesar de positivo, criou algumas preocupações junto das autoridades, nomeadamente, se o país tem capacidade



financeira de acomodar, a prazo, o setor com uma dimensão superior e se a formação que está a ser ministrada corresponde às necessidades que o país terá no futuro. A expansão tem sido estimulada pela criação de novos empregos no setor público e privado, o que por si só exige novos tipos de conhecimentos, competências mais aprofundadas e especializadas, e o próprio anseio da população em ascender a um patamar de prestígio e rendimento associados à condição de licenciado. A organização do setor do Ensino superior, em grande medida, tem origens no sistema português, dadas as razões históricas e culturais.

Os resultados ao longo dos últimos anos têm sido muito significativos, ainda que haja um longo caminho a ser percorrido. Em cerca de duas décadas, o país registou progressos impressionantes, com o nível de analfabetismo a reduzir-se de 63%, em 1975, para menos de 21%, em 2010. A Taxa Bruta de Escolarização (TBE) no ensino básico atingiu cerca de 100%, em comparação com 5% em 1975. Cerca de 66% dos estudantes que entram no primeiro ano do ensino básico frequentaram um programa da pré-escolar. A TBE do ensino secundário é de 70%, acima dos 16% em 1992, estando este nível de ensino em grande expansão. Nove instituições do ensino superior (uma pública e oito privadas) foram criadas nos últimos dez anos, aumentando assim a TBE do ensino superior para cerca de 20%. Estes resultados são bastantes significativos para a dimensão do país e para os recursos financeiros e económicos que tem à sua disposição, sem falar no facto de Cabo Verde sofrer a erosão de uma emigração dinâmica e de ser um arquipélago, o que por si só cria barreiras administrativas significativas. No entanto, nem tudo são aspetos positivos. Mesmo perante um sistema de ensino em crescimento e qualitativamente melhor posicionado, as desigualdades sociais têm-se mantido num patamar muito elevado, o que, politicamente, mantém as autoridades em permanente alerta no sentido de garantir um acesso justo, universal e igualitário ao ensino superior. Apesar do crescimento do sistema de ensino, continua a denotar-se um certo desajustamento entre as necessidades de competências no mercado de trabalho e as qualificações das pessoas que completam a sua educação e formação, como sugere uma taxa desemprego em redor dos 16% da população ativa. Assim, é extremamente necessário que o sistema de ensino superior esteja enquadrado num estratégia de médio e longo prazo, que se adequa às necessidades do mercado de trabalho e que esteja devidamente articulado com o sistema de ensino secundário. Importa igualmente que, financeiramente, seja devidamente sustentável, não esquecendo a situação de rigor orçamental que envolve as contas públicas cabo-verdianas e a incapacidade de fazer repercutir nos alunos o custo real do ensino ministrado.

O Banco Mundial, num estudo elaborado recentemente sobre o ensino superior em Cabo Verde, nomeadamente, debruçando-se sobre o modo como poderá contribuir para a transformação económica e social do país, avança com algumas propostas muito concretas, de que se destacam:

- Necessidade de se desenvolver uma estratégia de longo prazo para o ensino superior a fim de orientar os investimentos e a tomada de decisões;
- A estratégia para o setor deve articular claramente a visão do país, as expectativas, e as prioridades como orientações para planos de ação de médio prazo com vista ao desenvolvimento de um ensino superior relevante e de boa qualidade, e deve ser complementada com um esquema realista e sustentável de financiamento;
- As orientações políticas devem reconhecer que o ensino superior privado acolhe a maioria dos estudantes universitários, constituindo por isso um bem nacional importante, e que o governo pode tomar medidas adequadas de interesse nacional para o seu desenvolvimento;
- Gerir o setor do ensino superior de forma responsável dentro dos parâmetros de uma Taxa Bruta de Escolarização (TBE) de 25% e de 15% do orçamento da educação para o sub-setor.
- Que o país deve permitir uma expansão das matrículas no ensino superior na próxima década até uma TBE de 25% e, se as condições económicas globais e nacionais melhorarem em relação à situação atual, então poder-se-á evoluir para uma TBE de 30% nos próximos dez



anos de um modo sustentável. No entanto, será importante ter presente que um desvio destes parâmetros na próxima década poderá provavelmente criar dificuldades financeiras no ensino superior;

- Prestar maior atenção à relevância do ensino superior. Tanto a instituição pública como as privadas devem reposicionar as suas ofertas de formação para mediar a tensão entre as expectativas individuais dos estudantes universitários e as necessidades em recursos humanos para os objetivos do desenvolvimento económico nacional;
- Monitorizar, tendo em vista uma possível expansão a iniciativa de Centros de Estudos Superiores Profissionalizantes (CESP) da Universidade de Cabo Verde, dados os bons resultados obtidos;
- Envolver os empregadores e outras entidades envolvidas no setor com a Universidade de Cabo Verde, onde a celebração de parcerias público-privadas e colaboração em pesquisa podem ser exploradas;
- Estabelecer e manter um padrão de qualidade no seio do ensino superior público e privado;
- Investir fortemente na qualificação do corpo docente em todo o sistema do ensino superior;
- Introduzir mecanismos de progressão na carreira para o pessoal docente, a fim de tornar atrativa a carreira docente no ensino superior e atrair quadros de talento a longo prazo;
- Consolidar e enriquecer os cursos existentes na Universidade de Cabo Verde, particularmente a nível da pós-graduação, antes de ponderar a introdução de novos cursos;
- Reorganizar e racionalizar o programa de bolsas de estudo para uma expansão mais equitativa e estrategicamente orientada do ensino superior;
- Ao nível da graduação, a assistência financeira deve basear-se nas necessidades dos estudantes e não nos seus méritos académicos. Ao nível da pós-graduação, a assistência financeira deve basear-se apenas no mérito, de modo a atrair os estudantes mais talentosos para a docência universitária e para os serviços públicos;
- As bolsas de estudo para o exterior devem ser concedidas apenas para estudos de mestrado e de doutoramento, ou para programas de graduação em áreas altamente prioritárias, que não existam em Cabo Verde;
- Centralizar a gestão de todos os programas de bolsas de estudo, de modo a realizar poupanças de tempo e de despesas tanto para os estudantes como para o Estado;
- Investir significativamente em infraestruturas de Tecnologias de Informação e Comunicação que liguem as populações das ilhas, os estudantes universitários, os centros de pesquisa pública e as agências de serviço público numa rede nacional de partilha de conhecimentos, e-learning e inovação;
- Experimentar o e-learning e desenvolver programas locais adequados e permitir a participação gratuita das instituições privadas na rede informática do governo e,
- Estabelecer uma unidade de recolha e de análise de dados para o ensino superior. Tal unidade é necessária para informar as decisões de política, orientar o planeamento e acompanhar o desempenho do setor.

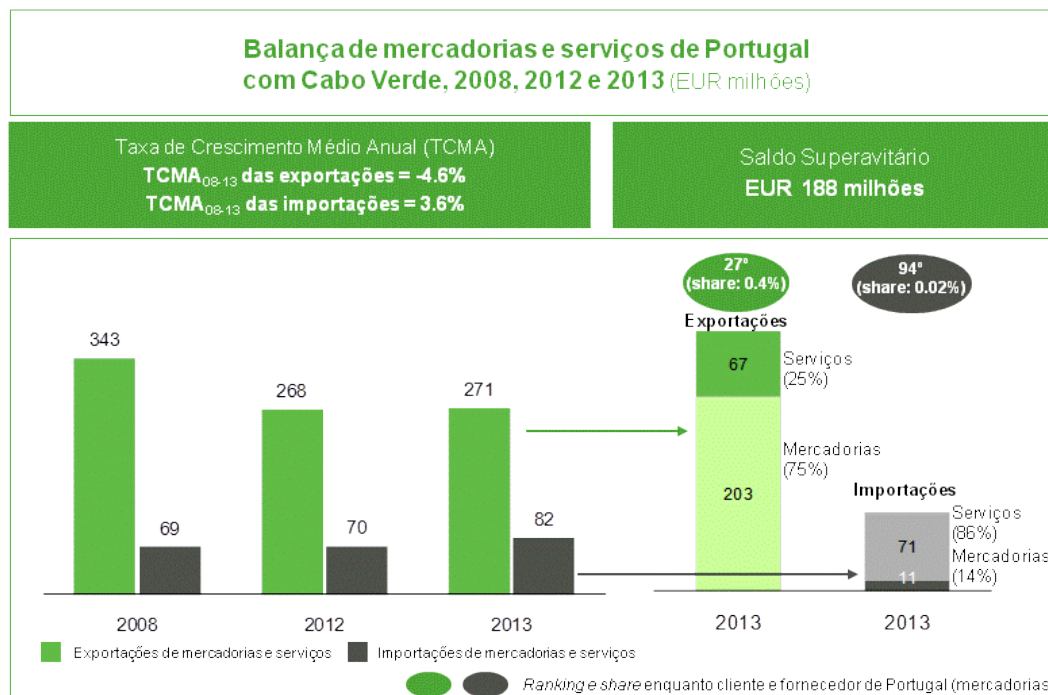
## IV – RELAÇÕES ECONÓMICAS COM PORTUGAL

### 4.1 Relações Comerciais, de Investimento e Outras

Em 2013, as exportações portuguesas para Cabo Verde ascenderam a EUR 271 milhões, correspondendo 75% a exportação de bens. O saldo comercial entre os dois países é superavitário para Portugal, no valor de EUR 188 milhões, em 2013.

Não obstante as exportações portuguesas de bens e serviços para Cabo Verde terem aumentado apenas 1% em 2013, Portugal viu reforçada a sua posição destacada de principal fornecedor, com um aumento de quota de 30%, em 2012, para 33%, em 2013.

A componente dos serviços representa um importante peso no comércio total (de bens e serviços) entre os dois países, representando 86% das importações que Portugal faz de Cabo Verde e 25% das exportações portuguesas para Cabo Verde. Do volume de importações portuguesas de serviços, com Cabo Verde, 32% correspondeu ao segmento “viagens e turismo” (nas exportações portuguesas de serviços esta componente representou cerca de 10%).



Fontes: INE, Banco de Portugal.

Ao nível dos produtos transacionados, as exportações portuguesas de bens são diversificadas destacando-se, hierarquicamente, em valor exportado em 2013, os cimentos (5%), os óleos de soja (2.9%), os medicamentos (2.5%), o ferros e aço (2.5), o leite (2.3%) e a cerveja (2.2%).



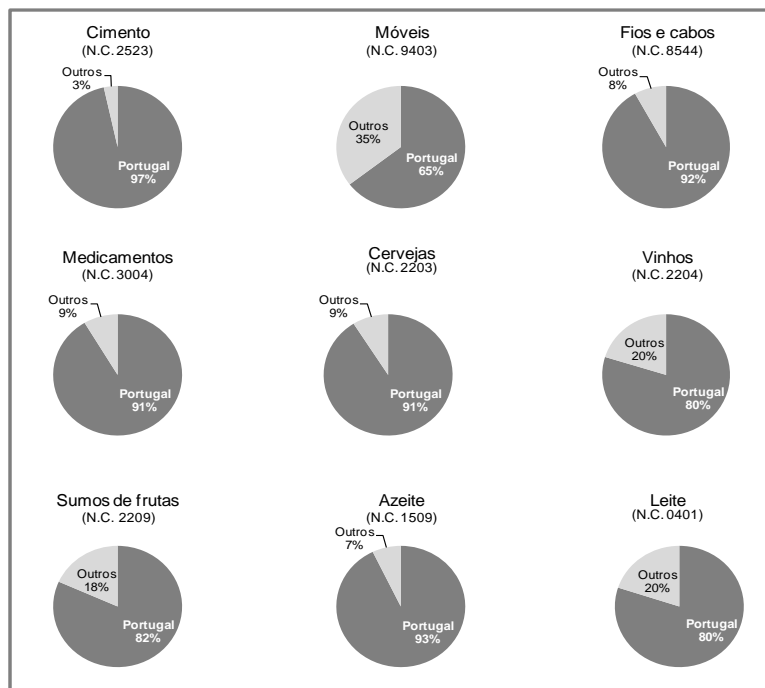
## Top 10 das exportações portuguesas para Cabo Verde, 2013

Produtos (N.C. 4)	2013 (EUR Milhões)	Share (%)	TCMA <sub>2013</sub> (%)
2523 - Cimentos hidráulicos, incluídos cimentos não pulverizados, denominados clinkers, mesmo corados	10.1	5.0	-11.5
1507 - Óleo de soja e suas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados	5.9	2.9	8.3
3004 - Medicamentos	5.1	2.5	2.9
7214 - Barras de ferro ou aço não ligado, simplesmente forjadas, laminadas, estiradas ou extrudadas, a quente, incluídas as que tenham sido submetidas a torção	5.1	2.5	8.9
0401 - Leite e nata, não concentrados nem adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes	4.7	2.3	23.1
2203 - Cervejas de malte	4.6	2.2	-6.5
7308 - Construções e suas partes (pontes e elementos de pontes, comportas, torres, pórticos, pilares colunas, armações, estruturas para telhados, portas e janelas)	3.3	1.6	-12.4
8517 - Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia, por fios, incluídos os aparelhos telefónicos por fio, combinados com auscultadores sem fio	3.2	1.6	-4.5
3917 - Tubos e seus acessórios, p.ex. juntas, cotovelos, flanges, uniões, de plástico	3.2	1.6	-0.9
9403 - Móveis e suas partes, não especificadas nem compreendidas noutras posições	3.2	1.6	-15.0

Fontes: INE, Banco de Portugal.

Portugal tem uma quota bastante significativa em vários produtos importados por Cabo Verde. Destacam-se os produtos alimentares, como por exemplo o leite onde 80% das importações do país deste produto foram fornecidas por Portugal (em 2013), os sumos de fruta (82%), a cerveja (91%) e o vinho (80%).

## Quota de Portugal nas importações de Cabo Verde em produtos seleccionados, 2013



Fontes: Uncontrade, ES Research – Research Sectorial.

Portugal importa de Cabo Verde, “partes de calçado” (35%), seguindo-se o vestuário e os crustáceos.



## INTERNACIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

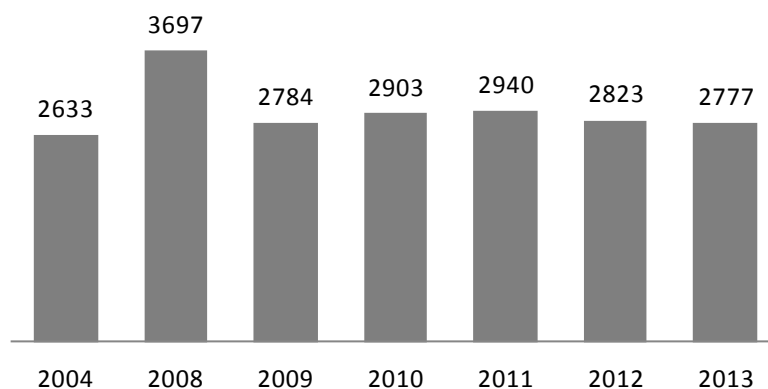
## Top 10 das importações portuguesas de Cabo Verde, 2013

Produtos (N.C. 4)	2013 (EUR Milhões)	Share (%)	TCMA <sub>2013</sub> (%)
6406 - Partes de calçado, incluídas as partes superiores, mesmo fixadas a solas que não sejam as solas exteriores	4.0	35.0	6.0
6109 - T-shirts e camisolas interiores, de malha	1.2	10.2	7.1
0306 - Crustáceos, mesmo sem casca, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados ou em salmoura	1.0	8.7	24.2
6203 - Fatos, conjuntos, casacos, calças, jardineiras, calças curtas e calções (shorts), de uso masculino (exceto de malha)	1.0	8.6	n.d.
6107 - Cuecas, ceroulas, camisas de noite, pijamas, roupões de banho, robes e sem elhantes, de malha, de uso masculino (exceto camisolas interiores)	0.9	7.7	-4.1
8426 - Câbreas; guindastes, incluídos os de cabos; pontes rolantes e outros guindastes (exceto a automóveis-grua e os vagões-grua para a rede ferroviária)	0.7	6.5	n.d.
8537 - Quadros, painéis, consolas, cabinas, armários e outros suportes	0.3	2.6	259.6
8701 - Tratores (veículos a motor) (exceto os carros-tratores da posição 8709)	0.3	2.6	n.d.
0303 - Peixes congelados (exceto os filetes de peixes e outra carne de peixes da posição 0304)	0.2	2.2	-14.4
2208 - Alcool etílico não desnaturado, com um teor alcoólico em volume < 80% vol; aguardentes, licores e outras bebidas espirituosas	0.2	1.9	-7.8

Fontes: INE, Banco de Portugal.

Relativamente ao número de empresas portuguesas exportadoras de mercadorias para Cabo Verde, verifica-se um claro aumento em 2008, face a 2004, para nos anos seguintes se verificar uma ligeira redução, ascendendo, em 2013, a 2 777 empresas.

Empresas exportadoras para Cabo Verde, 2004, 2008-2013



Fontes: AICEP, INE.

Cabo Verde é um importante parceiro comercial de Portugal, tendo sido em 2013 o 30º cliente (bens e serviços) de Portugal, relação ainda mais reforçada quando analisado separadamente a importância como cliente de bens, 26º no ranking, e de serviços, 25º no ranking.



No contexto dos países africanos de língua oficial portuguesa, Cabo Verde que se posicionava em 2º lugar como cliente (bens) em 2011, depois de Angola, em 2012 passou para o 3º lugar (posição que se mantém em 2013), como a subida no ranking de Moçambique.

Posição de Cabo Verde no ranking dos parceiros comerciais de Portugal de bens e serviços, 2008, 2010-2013

	2008	2011	2012	2013
<b>Bens e serviços</b>				
Como cliente (exportações portuguesas)	18 <sup>a</sup>	23 <sup>a</sup>	30 <sup>a</sup>	30 <sup>a</sup>
Como fornecedor (Importações portuguesas)	42 <sup>a</sup>	43 <sup>a</sup>	44 <sup>a</sup>	41 <sup>a</sup>

Fonte: Banco de Portugal.

Posição de Cabo Verde no ranking dos parceiros comerciais de Portugal de bens e serviços, 2013

<b>Bens</b>	
Como cliente (exportações portuguesas)	26 <sup>o</sup>
Como fornecedor (Importações portuguesas)	47 <sup>o</sup>
<b>Serviços</b>	
Como cliente (exportações portuguesas)	25 <sup>o</sup>
Como fornecedor (Importações portuguesas)	16 <sup>o</sup>

Fonte: Banco de Portugal

Em 2013, o investimento direto de Portugal em Cabo Verde ascendeu a cerca de EUR 16.5 milhões (22º mercado de destino), enquanto o desinvestimento registou o valor de EUR 42 milhões. O setor de atividade que absorveu o maior valor de investimento português neste país foi o da construção, que representou 47% do total, seguindo-se as atividades financeiras e de seguros, com 36%.

De qualquer modo, Portugal ocupa um lugar cimeiro entre os investidores estrangeiros em Cabo Verde. A presença portuguesa abrange praticamente todos os setores da economia, mas com especial relevância nas áreas da construção, banca e seguros, turismo e hotelaria, comunicações, consultoria, indústria transformadora e comércio.

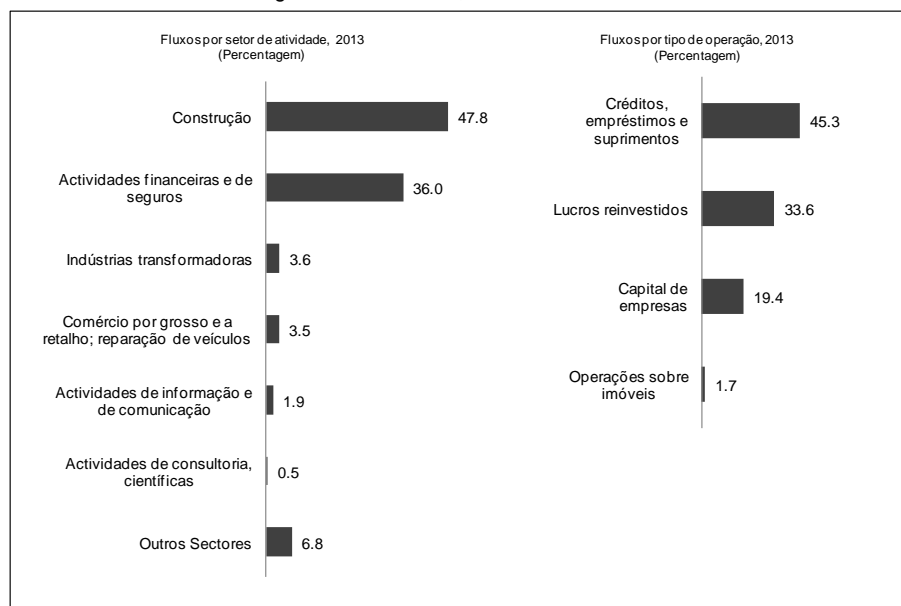
**Investimento Direto de Portugal em Cabo Verde, 2009-2013**

(EUR milhares)



Fonte: INE.

**Investimento Direto de Portugal em Cabo Verde, 2013**



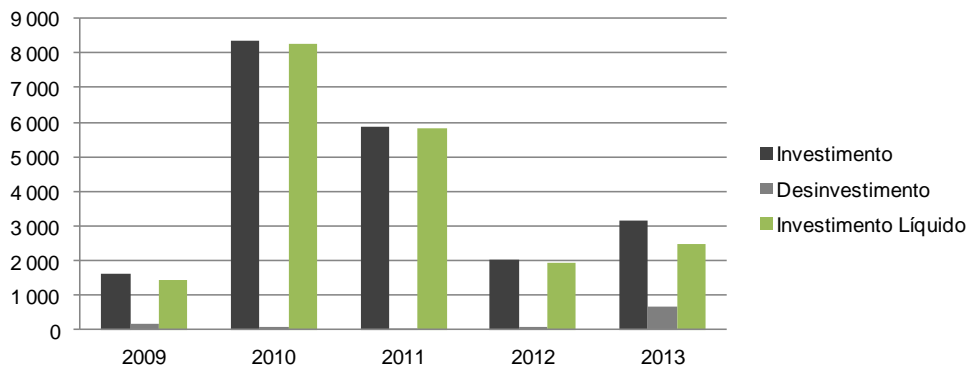
Fonte: AICEP.

Os investimentos cabo-verdianos em Portugal são pouco expressivos, embora em 2010 tenham registado um salto significativo, já em 2011 baixaram, para em 2013 ascenderem a um valor líquido positivo de EUR 2.5 milhões (31º países de origem de IDE em Portugal).



Investimento Direto de Cabo Verde em Portugal, 2009-2013

(EUR milhares)



Fonte: INE.

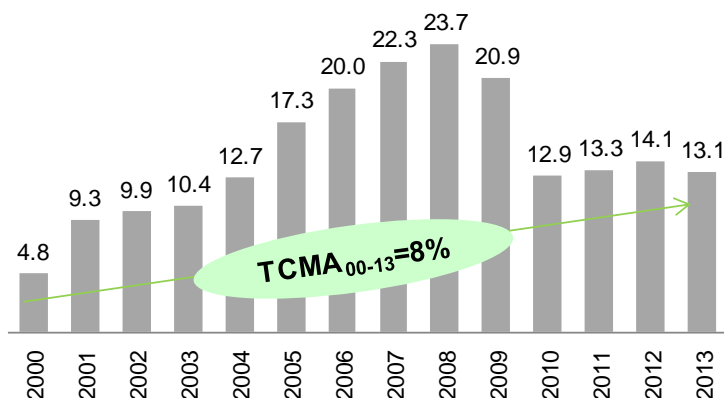
A população estrangeira residente em Portugal, no final de 2012, totalizava 417.042 cidadãos (stock), o que representa um decréscimo do stock de -4.5%, face a 2011. Como nacionalidades mais representativas surgem o Brasil (105 mil), Ucrânia (44 mil), surgindo Cabo Verde, como a 3ª comunidade com cerca de 42.8 mil residentes em Portugal. Seguem-se a Roménia, Angola e Guiné-Bissau.

Da totalidade da população residente estrangeira em Portugal, cerca de metade é oriunda de países de língua portuguesa (48%), destacando-se o Brasil (25.3%), Cabo Verde (10.3%), Angola (4.9%) e Guiné-Bissau (4.3%).

As remessas dos imigrantes, de Portugal para Cabo Verde, cresceram acentuadamente, até 2008, (ascenderam nesse ano a EUR 23 milhões), registando um valor nos últimos anos que se tem aproximado dos EUR 13 milhões. Em 2013, este valor representou cerca de 2.4% do total das remessas de imigrantes saídas de Portugal.

Remessas de imigrantes de Cabo Verde, 2000-2013

(EUR milhões)

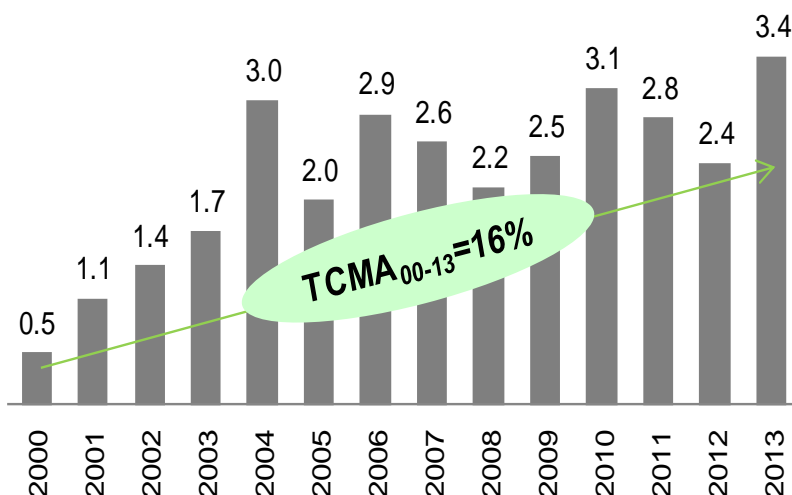


Fontes: BP, ES Research – Research Sectorial.

No que respeita aos emigrantes portugueses em Cabo Verde (população portuguesa e de origem portuguesa), estima-se que possam ascender a cerca de 1.2 mil

Relativamente às remessas dos emigrantes, de Cabo verde para Portugal, verifica-se um claro aumento nos últimos anos (TCMA<sub>00-12</sub> de 16%), tendo ascendido a EUR 3.4 milhões, representando apenas 0.1% do total nacional.

Remessas de emigrantes de Cabo Verde, 2000-2013  
(EUR milhões)



Fontes: BP, ES Research – Research Sectorial.

#### 4.2 Acordos Bilaterais e de Cooperação

O Instituto de Camões – Instituto da Cooperação e da Língua enquanto organismo propõe à tutela a definição da política de cooperação e de ajuda pública ao desenvolvimento e que promove a execução de programas, projetos e ações de cooperação para o desenvolvimento, prepara os programas plurianuais de cooperação para o desenvolvimento, bem como a sua programação financeira, como por exemplo o **Programa Indicativo de Cooperação (PIC) Portugal – Cabo Verde** é um quadro de referência estratégico que visa definir as relações de cooperação entre os dois países para o período 2012 - 2015.

Este Programa teve como base para a sua elaboração, nomeadamente, os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (OMD), a Declaração de Paris, o Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza III 2012-2016 de Cabo Verde (DRCRP), Programa de Governo de Cabo Verde 2011-2016, Plano Estratégico Nacional para a Sociedade de Informação (PESI) de Cabo Verde.

Assim, segundo o documento do Programa, “No âmbito da UE, realça-se ainda o artigo 208 do Tratado de Lisboa, à luz do qual a política de cooperação deverá ser conduzida de acordo com os princípios e objetivos de ação externa da UE. A atuação da Cooperação Portuguesa pretende, igualmente, promover a implementação do Consenso Europeu e do Código de Conduta da UE em matéria de Complementaridade e Divisão de Tarefas na Política de Desenvolvimento, através dos quais são definidos os princípios comuns para execução das respetivas políticas de desenvolvimento num espírito de complementaridade e de divisão de tarefas entre doadores, assim como fortalecer a sua posição através dos projetos de cooperação delegada. Ainda no espaço da UE, Portugal continuará a apoiar Cabo Verde na prossecução dos objetivos da Parceira Especial e da Parceria para a Mobilidade”.

A nível estratégico, privilegia-se a continuidade na área da formação de recursos humanos e da assistência técnica em várias áreas, e também a Capacitação Científica e Tecnológica e o



Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial. No âmbito da primeira, serão incentivados programas que visem reforçar a partilha de conhecimento e experiência em diferentes domínios científicos e tecnológicos, reduzindo desta forma os riscos de exclusão onde o acesso à informação e conhecimento são fundamentais. O vetor “Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial” visa potenciar a capacidade do indivíduo em identificar oportunidades económicas e atividades geradoras de rendimento que contribuam para a criação de riqueza e emprego, a oferta de novos produtos e serviços, bem como estimular maior competitividade dos mercados e da economia local.

O PIC 2012 – 2015 terá um orçamento indicativo para o quadriénio de EUR 56 milhões. Cada um dos Eixos terá uma dotação orçamental calculada em percentagem do montante global para o quadriénio de vigência do PIC, para a Boa Governação, Participação e Democracia, 6 %, e para o Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza, 94 %.

É reconhecido que as mais-valias da Cooperação Portuguesa se situam, essencialmente, em duas áreas: por um lado, na Educação e Formação, dada a comunhão linguística e várias similitudes decorrentes do passado histórico de relacionamento entre os dois países; por outro lado, na Capacitação Institucional em diversas áreas, em resultado de matrizes organizacionais e institucionais semelhantes.

Relativamente aos principais eixos estratégicos e áreas de intervenção:

- Eixo Estratégico I: Boa governação, participação e democracia, com duas grandes áreas de intervenção – Capacitação Institucional (Governo e Sociedade Civil) e Segurança e Desenvolvimento;
- Eixo Estratégico II: Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a pobreza, com 4 grandes áreas de intervenção – Educação e Serviços Sociais Básicos, Capacitação Científica e Tecnológica, Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial, Programa Geral de Assistência/Ajuda Sob a forma de Produtos.

Neste sentido, a cooperação desenvolve-se nas mais variadas áreas desde educação (ensino secundário e universitário, ensino e difusão da língua), saúde, gestão sustentável dos recursos naturais, energias renováveis, dos serviços, serviços públicos, serviços financeiros. O Programa estabelece que a cooperação portuguesa apoiará o Governo de Cabo Verde nos esforços de promoção do desenvolvimento tecnológico, especialmente nas áreas de energias renováveis, das tecnologias de informação e de comunicação, da formação técnica e tecnológica, com base numa agenda nacional de incentivo à investigação científica e tecnológica fundamental e aplicada. Como medidas iniciais para lançar os alicerces da cooperação estratégica nesta área, a Cooperação Portuguesa oferecerá apoio ao Governo de Cabo Verde na disponibilização de meios de divulgação de iniciativas científicas e concursos relevantes, incluindo meios multimédia, e na assistência técnica para criação de uma estrutura no país que coordene o sistema nacional de ciência e tecnologia e promova a dinamização das suas atividades e o fortalecimento das suas competências. Ao nível do capital humano, propõe-se o estabelecimento ou reforço de protocolos com vista à atribuição de bolsas de doutoramento e ao lançamento de programas de intercâmbio pós-doutoral em áreas estratégicas para Cabo Verde e para a cooperação entre os dois países. Serão identificadas, neste sentido, as ligações pertinentes a estabelecer ao Centro UNESCO de Formação Avançada na área das Ciências Básicas para Jovens Cientistas da CPLP, ao Programa de Doutoramento em Ciência para o Desenvolvimento sob coordenação do Instituto Gulbenkian de Ciência, e a outros, conforme oportuno, na perspetiva de capitalização e reforço de estruturas comuns já existentes.

Ainda no âmbito do PIC, o **Acordo de Cooperação Cambial (ACC) entre Portugal e Cabo Verde** está em vigor desde 13 março de 1998, foi assinado na Cidade da Praia, pelo Ministro da Coordenação Económica de Cabo Verde e o Ministro das Finanças de Portugal, que visa essencialmente ajudar à



criação de condições que permitam viabilizar a convertibilidade do escudo cabo-verdiano (CVE). Para a concretização deste propósito o ACC preconiza o estabelecimento de uma paridade fixa entre o escudo cabo-verdiano e o escudo português (a partir de 1 de Janeiro de 1999, o Euro), fomentando a crescente aceitação externa da moeda cabo-verdiana. Com a estabilidade cambial (câmbio fixado em 1 PTE=0.55 CVE; hoje 1 Euro=110.265 CVE), ao eliminar o risco de câmbio para as transações quer com Portugal quer com os países da UEM, teve como objetivo favorecer a intensificação do investimento e do crescimento económico de Cabo Verde, nomeadamente através do estreitamento das relações económicas com Portugal e com a União Europeia, globalmente considerada. Com vista a sustentar a manutenção do regime cambial assim definido, as autoridades cabo-verdianas deverão adotar orientações macro-económicas consistentes com a salvaguarda da paridade, nomeadamente ao nível das políticas orçamentais e monetária, estando o ACC articulado, primeiro com o Acordo stand by e atualmente com o Programa de Ajustamento PRGF – Poverty Reduction and Growth Facility, estabelecidos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Para a definição e revisão das condições necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do ACC, a supervisão das operações financeiras a ele associadas, foi constituída a Comissão do Acordo de Cooperação Cambial (COMACC); para acompanhamento da execução das medidas de política económica e verificação do cumprimento das metas fixadas pelo FMI foi constituída a Unidade de Acompanhamento Macroeconómico (UAM). Estas estruturas integram representantes dos dois países e encontram-se em pleno funcionamento. Ao ACC foi associada uma Facilidade de Crédito (FC), destinada a reforçar as reservas cambiais cabo-verdianas e a título de mobilização antecipada de receitas cambiais próprias, com entrada prevista no respetivo exercício económico, podendo ser utilizada para financiamento da importação de bens e serviços ou para a liquidação do serviço da dívida externa, em caso de insuficiência das reservas cabo-verdianas.

Esta Facilidade é disponibilizada por Portugal, até ao limite de EUR 27.4 milhões, com possibilidade de atingir os EUR 45 milhões, desde que sejam dadas garantias por parte das autoridades de Cabo Verde. com o objetivo de favorecer a intensificação do investimento e do crescimento económico naquele país, assegurando desde então e para o efeito a paridade do escudo cabo-verdiano.

No que concerne à **Ajuda Pública ao Desenvolvimento**, no período 2010-2012, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento bilateral Portugal - Cabo Verde apresentou os seguintes valores:

2010	2011	2012	2013
<b>EUR 107.3 milhões</b>	<b>EUR 105.5 milhões</b>	<b>EUR 130.8 milhões</b>	<b>EUR 119.3 milhões</b>

Estes valores que representam o maior volume de ajuda a um país, resultam da utilização de linhas de crédito bonificado para o desenvolvimento de infraestruturas e projetos no âmbito das energias renováveis.

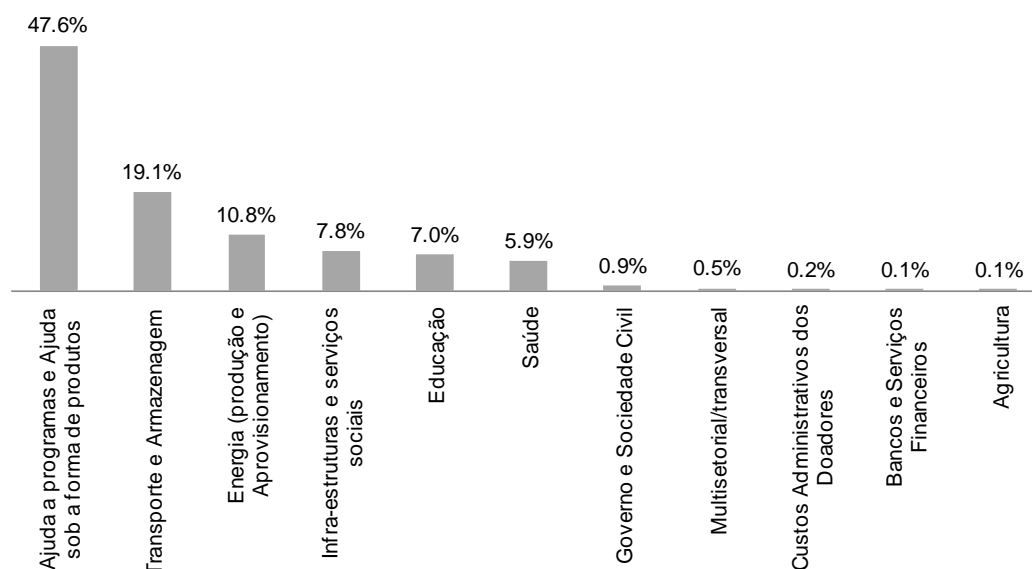
Fonte: Instituto Camões.

Cabo Verde tem sido desde 2010 um dos principais beneficiários da APD portuguesa, tanto em termos líquidos como brutos, totalizando uma média de EUR 85 milhões entre 2008 e 2012.

Uma parte expressiva destes montantes refere-se a Empréstimos Concessionais e Linhas de Crédito destinadas à construção de equipamentos e infraestruturas e a investimentos nos setores das energias renováveis e habitação social, bem como a Apoio ao Orçamento. Assim em 2012, em termos de APD líquida, o setor “Ajuda a Programas” assume o maior peso (48%), seguido do setor “Transportes” com 19%, a Energia” (11%), e de “Outras Infraestruturas e Serviços Sociais” com 9%, “Educação” com 7%, e “Saúde” com 6%.



Ajuda Pública de Desenvolvimento, 2013



Fontes: Instituto Camões, ES Research – Research Sectorial.

Especificamente, no que se refere às relações de investimento entre Cabo Verde e Portugal, foram celebrados diversos acordos, com destaque para os seguintes:

- Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento (em vigor desde 15 de Dezembro de 2000);

Países	Diploma Legal	Troca dos Instrumentos de ratificação/ Entrada em vigor	Redução de Taxas					
			Dividendos		Juros		Royalties	
			Artº	Taxa	Artº	Taxa	Artº	Taxa
Cabo Verde	Resolução da AR nº 36/2000 de 12 de Junho	Aviso nº 4/2001 publicado em 18/01/2001, em vigor desde 15/12/2000	10º	10%	11º	10%	12º	10%

Fonte: DGCI/Direcção de Serviços das Relações Internacionais (DSRI).

- Convenção sobre Segurança Social, assim como o Acordo Administrativo Relativo às Modalidades de Aplicação da Convenção (a Convenção está em vigor desde 1 de Abril de 2005 e o Acordo desde 25 de Julho de 2007, mas produz efeitos desde da data da entrada em vigor da Convenção);
- Protocolo de Cooperação Económico-Empresarial (que aguarda a troca de instrumentos de ratificação para a respetiva entrada em vigor);
- Acordo de Cooperação no Domínio da Indústria e Energia (em vigor desde 24 de Abril de 1992);
- Acordo sobre Promoção e Protecção de Investimentos (em vigor desde 4 de Outubro de 2001).

Existem vários Protocolos e Memorandos assinados pelos dois países, o quadro que se segue apresenta alguns em vigor.



## INTERNACIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ECONOMIAS / LISBOA 3 E 4 DE JUNHO 2014

## Acordos em vigor entre Portugal e Cabo Verde

Título	Tipo	Data de assinatura
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnico-Científica em Matéria de Segura	Memorando	11-Mar-2014
Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Domínio da Extensão da Plataforma	Memorando	11-Mar-2014
Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Domínio Agrícola e do Regadio	Memorando	11-Mar-2014
Memorando de Entendimento no Domínio da Economia do Mar	Memorando	11-Mar-2014
Programa Indicativo de Cooperação no domínio da solidariedade social	Protocolo	18-Dez-2013
Revisão do Protocolo de Cooperação entre a AICEP e a Agência cabo-verdiana de promoção de investimentos	Protocolo	2-Dez-2012
Protocolo de Cooperação no domínio de Busca e Salvamento com Cabo Verde	Protocolo	2-Dez-2012
Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Saúde da República Portuguesa e o Ministério da Saúde da República de Cabo-Verde no Domínio da Saúde	Protocolo	2-Dez-2012
Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Educação e Ciência de Portugal e o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde no âmbito da Investigação Científica e do Ensino Superior	Protocolo	2-Dez-2012
Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Educação e Ciência de Portugal e o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde no âmbito da Ciência e Tecnologia	Protocolo	2-Dez-2012
Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República de Cabo Verde relativo à Constituição da Escola Portuguesa em Cabo Verde	Protocolo	2-Dez-2012
Protocolo de Cooperação entre a Direção Geral de Energia e Geologia da República Portuguesa e a Direção Geral de Energia da República de Cabo Verde no domínio da Energia	Protocolo	2-Dez-2012
Protocolo de Cooperação na área da Formação Profissional	Memorando	2-Jun-2010
Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde	Convenção	9-Jun-2010
Protocolo de Cooperação Técnica entre a Comissão de Normalização Contabilística portuguesa e a Comissão Nacional	Memorando	9-Jun-2010
Protocolo de Cooperação entre os Ministérios das Finanças em matéria de Assistência Mútua Administrativa referente ao Imposto sobre o Rendimento	Memorando	9-Jun-2010
Protocolo de Cooperação entre os Ministérios das Finanças em matéria de Assistência Mútua	Memorando	9-Jun-2010
Protocolo de Cooperação entre o Turismo de Portugal I.P. e o IIEFP de Cabo Verde	Memorando	9-Jun-2010
Protocolo de Colaboração entre o Governo de Cabo Verde e o Consórcio de Empresas EXAMPLE	Memorando	9-Jun-2010
MdE entre os Ministérios das Finanças relativo à imputação de projectos para a implementação de tecnologias da informação em ambiente escolar	Memorando	9-Jun-2010
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Justiça da República Portuguesa e o Ministério da Justiça de Cabo Verde sobre Inovação Tecnológica na Administração da Justiça e a Cedência de Equipamento de Videoconferência	Memorando	12-Mar-2009
Memorando de Entendimento entre a Direcção-Geral da Indústria e Energia de Cabo Verde e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial de Portugal	Memorando	16-Abr-2009
Acordo entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde sobre reconhecimento de títulos de condução	Convenção	29-Mar-2007
Memorando assinado na sequência da visita de S.E. a Ministra da Justiça de Portugal a Cabo Verde dias 01 e 02 de Dezembro de 2003	Memorando	2-Dez-2004
Protocolo IRS/Direcção-Geral dos Serviços Penitenciários e de Reinserção Social (Cabo Verde)	Memorando	2-Dez-2003
Protocolo entre a Polícia Judiciária de Portugal e de Cabo Verde em Matéria de Cooperação Policial	Memorando	2-Dez-2003
Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde	Convenção	2-Dez-2003
Convenção sobre a Segurança Social entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde	Convenção	10-Abr-2001
Memorando assinado na sequência da visita de S.E. a Ministra da Justiça e Administração Interna de Cabo Verde a Portugal, dias 06 e 07 de Novembro de 2001	Memorando	8-Nov-2001
Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre o Rendimento	Convenção	22-Mar-1999
Acordo entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde sobre Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos	Convenção	26-Out-1990
Acordo de Cooperação no Sector Cooperativo entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde	Convenção	26-Out-1990
Acordo de Cooperação no Domínio da Indústria e Energia entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde	Convenção	26-Out-1990
Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde nos Domínios da Agricultura	Convenção	26-Out-1990
Protocolo de Cooperação na Área da Educação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde	Convenção	13-Jun-1988
Protocolo de Cooperação na Área da Dança Artística entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde	Convenção	13-Jun-1988
Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Técnica e de Intercâmbio no Domínio da Comunicação Social entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde	Convenção	13-Jun-1988

Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros (Portugal).



### 4.3 Projetos Relevantes em Curso e Projetados

#### 4.3.1. Cooperação bilateral Portugal - Cabo Verde

A Cooperação bilateral entre Portugal e Cabo Verde é fundamentalmente de caráter institucional. A seleção dos PPA bilaterais a serem apresentados para financiamento da Cooperação Portuguesa, bem como das respetivas entidades promotoras e/ou executoras, é efetuada pelas próprias instituições cabo-verdianas, mediante validação da Direção Nacional dos Assuntos Políticos e de Cooperação (DNAPEC), do Ministério das Relações Exteriores.

Os PPA bilaterais a serem apresentados para financiamento do Camões, I.P. obedecem a formulários e procedimentos próprios, publicados no site do Instituto Camões (Formulários da Cooperação - Apresentação de Programas, Projetos e Ações de Cooperação). Estes PPA são objeto de apreciação tendo por base critérios de elegibilidade, relevância, viabilidade, desenvolvimento de capacidades e sustentabilidade, capacidade operacional, orçamento e elegibilidade das despesas.

Entre os principais parceiros do Camões, I.P. para a implementação de PPA bilaterais em Cabo Verde destacam-se os Ministérios setoriais cabo-verdianos, os quais têm vindo a assumir um papel cada vez mais preponderante, quer como proponentes, quer como executores. São também parceiros habituais, sempre que de interesse para a intervenção em causa, os Ministérios setoriais portugueses, os Estabelecimentos de Ensino Superior, as Instituições ou Associações sem fins lucrativos e as ONGD.

Neste seguimento, existem vários projetos de cooperação:

##### **A) Apoio Direto ao Orçamento de Cabo Verde**

O objetivo do projeto é apoiar o Governo de Cabo Verde na implementação do Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza, para o período de 2012-2016, através da erradicação da pobreza extrema e a fome, sendo os promotores do projeto o Instituto da Cooperação e da Língua e Ministério das Finanças e do Planeamento de Cabo Verde. Portugal aderiu a este projeto no âmbito do atual PIC 2012-2015, entre Portugal e Cabo Verde. O Memorando de Entendimento celebrado entre os dois países prevê que sejam disponibilizados, durante esse período, EUR 4.2 milhões.

##### **B) Criação de uma Unidade de Hemodiálise**

Contribuir para o aumento do acesso aos cuidados de saúde no domínio da nefrologia é o principal objetivo deste projeto cujos parceiros são Instituto Camões, Ministério da Saúde de Cabo Verde e Ministério das Infra Estruturas e Economia Marítima de Cabo Verde

Com a implementação deste projeto foi construído um edifício destinado à instalação de uma Unidade de Hemodiálise, no Hospital Dr. Agostinho Neto, na Cidade da Praia. Foi também possível dotar esta unidade do equipamento necessário ao seu bom funcionamento.

##### **C) Requalificação da Frente Marítima da Cidade da Praia e área envolvente**

Pretende-se definir uma estratégia operativa e a regulamentação dos usos e ocupação do solo na zona de intervenção, de modo a promover a articulação integrada das zonas consolidadas da envolvente e a criação de uma área qualificada de referência que potencie a fruição do espaço público, conduzido pelo Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território de Cabo Verde e Câmara Municipal da Praia e com o parceiro Instituto Camões. No ano de 2010, foi possível elaborar um Estudo de Enquadramento Estratégico da frente marítima da Cidade da Praia e da sua articulação com a restante área da Cidade. Contribuiu para a resolução do grave problema de desordenamento urbanístico e de especulação imobiliária da zona de intervenção (faixa costeira compreendida entre a



zona do Palmarejo de Baixo e a Ponta das Bicudas), valorizando as suas características históricas, culturais e naturais.

#### **D) Programa de Apoio ao Setor da Justiça**

Este programa pretende contribuir para o desenvolvimento de capacidades ao nível sistémico, organizacional e de recursos humanos do setor da Justiça em Cabo Verde e, subsequentemente, contribuir para a consolidação do Estado de Direito e Boa Governação, promovido pelo Ministério da Justiça de Portugal e Ministério da Justiça de Cabo Verde e o Instituto Camões.

Esta cooperação nasce do entendimento por todas as partes de que a área da Justiça, transversal a todos os setores da sociedade cabo-verdiana, é uma área de intervenção estruturante e indispensável num quadro de consolidação da democracia e boa governação. O Programa tem um orçamento de cerca de EUR 152 mil (64% Instituto Camões e 36% Ministério da Justiça).

#### **E) Programa de Cooperação Técnico Policial**

Este programa pretende contribuir para o desenvolvimento de competências técnicas, operacionais, organizacionais e funcionais dos Serviços do Ministério da Administração Interna de Cabo Verde e o seu executor será o Ministério da Administração Interna de Portugal, e tem um orçamento previsto PIC 2012-2015 de EUR 689 mil.

#### **F) Apoio à Cooperação Técnica e Cultural para o reforço do controlo e fiscalização da Utilização dos Recursos Públicos**

O objetivo global é a promoção da excelência e a transparência na gestão das finanças públicas, reforçando a competência técnica e institucional do Tribunal de Contas de Cabo Verde e viabilizando a sua cooperação com o Tribunal de Contas de Portugal, são os objetivos deste programa, que terá como beneficiários os dirigentes e o corpo técnico do Tribunal de Contas de Cabo Verde, também seu executor.

#### **G) Assessoria ao Governo de Cabo Verde no âmbito do ensino superior**

O objetivo global do projeto é regular o sistema de Ensino Superior e tem como parceiros Instituto Camões e o MESCI – Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde.

Em novembro de 2013 foi celebrado Protocolo de enquadramento entre o Camões, I.P. e o MESCI para a implementação deste projeto, o qual irá decorrer nos anos de 2013 e 2014, com um orçamento de EUR 18 mil.

Estão em curso as atividades previstas, a saber:

- Regulamentação da legislação já existente - aplicação da legislação, elaboração de Portarias e Despachos, apoio à sua implementação, análise das propostas de novos estatutos das instituições de ensino superior;
- Conceção e regulamentação do acesso ao ensino superior: discussões e reuniões com o MESCI e as instituições de ensino superior; articulação com o Ministério da Educação e Desporto; elaboração do decreto-lei enquadrador do acesso ao ensino superior; conceção de provas de acesso; apoio à organização do sistema de acesso;
- Assessoria geral ao MESCI: apoio à decisão política e às funções de regulação do sistema de ensino superior.

#### **H) Mundu Novu – conteúdos educativos multimédia**

Este projeto pretende modernizar o processo de ensino através da utilização das TIC, dinamizado pelo MED – Ministério da Educação e Desporto de Cabo Verde.



Em novembro de 2013 foi celebrado Protocolo de enquadramento entre o Camões, I.P. e o MED para a implementação deste projeto, o qual se encontra em curso, tendo como data indicativa de término o mês de fevereiro de 2015.

Enquadra-se no “Programa Mundu Novu”, com implementação a nível nacional, que visa a introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação no sistema de ensino. Em especial, enquadra-se no Pilar II – Novo Modelo de Educação, eixos “Conteúdos Modernos” e “Novos Modelos de Ensino”, uma vez que visa possibilitar a aquisição, produção e desenvolvimento de conteúdos educativos multimédia e a disponibilização dos mesmos aos professores e alunos, como forma de fomentarem a utilização das TIC em contexto pedagógico. Isto passará por uma primeira fase piloto, em que os conteúdos serão testados em salas de aulas escolhidas para o efeito, e posteriormente pela sua generalização por todas as salas de aulas, passando a integrar o sistema educativo.

Este projeto concentra a sua intervenção nos conteúdos educativos multimédia das disciplinas de Matemática, Física, Biologia, Língua Portuguesa, História e Geografia, para os 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade.

Financiadores:	Total	
	(€)	%
Camões	75.000	100%
MED		0%
<b>Total</b>	<b>75.000</b>	<b>100%</b>
Orçamento:	(€)	
		%
Conteúdos - Matemática e Física - 10.º, 11.º e 12.º anos	30.000	40%
Conteúdos - Biologia e Língua Portuguesa - 10.º, 11.º e 12.º anos	22.500	30%
Conteúdos - História e Geografia - 10.º, 11.º e 12.º anos	22.500	30%
<b>Total</b>	<b>75.000</b>	<b>100%</b>

Fontes: ICamões, ES Research - Research Setorial.

O MED conta com a colaboração de dois parceiros institucionais, relevantes para a boa execução deste projeto: Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação (NOSI) e Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação (MESCI).

#### **I) Programa curricular de Empreendedorismo no ensino secundário geral e técnico profissional de Cabo Verde**

O Objetivo global do projeto é contribuir para a criação de um novo sistema educativo em Cabo Verde, no âmbito da revisão curricular em curso, através da introdução do currículo de empreendedorismo no ensino secundário geral e técnico (nos últimos anos do primeiro e segundo ciclos, ou seja, 10.º e 12.º anos de escolaridades) e tem como parceiros Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., MED – Ministério da Educação e Desporto de Cabo Verde e UNIDO – United Nations Industrial Development Organization, os dois últimos também executores.

Este programa nasceu de um convite à UNIDO pelo Governo de Cabo Verde, para assistência técnica ao MED, no sentido de introduzir a disciplina de empreendedorismo no ensino secundário geral e técnico de Cabo Verde, enquadrado na revisão curricular em curso no país.

Atualmente em curso, estão planeadas as seguintes ações:

- Desenvolver um conceito e uma metodologia de Empreendedorismo para o ensino secundário geral e técnico;
- Formar (50) técnicos do MED envolvidos nos Grupos de Trabalho Técnico Nacionais e Regionais, que posteriormente irão formar professores, elaborar programas, guias e manuais, bem como definir sistema de monitorização e avaliação;



- Testar o currículo de Empreendedorismo em escolas selecionadas. Será levada a cabo experiência piloto em 10 escolas e formados 100 professores em Empreendedorismo (formação em exercício).

O projeto tem um orçamento de EUR 668 mil.

#### **J) Mestrado em Agronomia e Recursos Naturais**

Reforçar o ensino superior agrário em Cabo Verde, particularmente através da formação e preparação de futuros docentes da Universidade de Cabo Verde é o principal mote deste projeto que tem como parceiros o Instituto Camões e o CENTROP – Centro de Estudos Tropicais para o Desenvolvimento, Universidade de Cabo Verde (também seu executor).

Este projeto procura responder a alguns dos principais problemas, identificados pela própria Universidade de Cabo Verde, que condicionam o seu processo de consolidação e credibilização junto da população cabo-verdiana e principalmente junto da comunidade científica internacional:

- O problema da capacitação institucional, em particular ao nível da formação dos docentes e investigadores, que são o garante das atividades de docência e investigação;
- O problema da qualidade dos Planos de Estudos dos cursos, estruturados atendendo às reais necessidades do país, bem como aos conteúdos pedagógicos, às estratégias atuais de ensino-aprendizagem e às orientações de Bolonha, como meio de garantir a sua credibilidade e internacionalização.

Foi estabelecida uma parceria entre as partes para a implementação do projeto, que vigorou entre 2009 e 2013. O financiamento foi assegurado na totalidade pelo então IPAD, no montante de EUR 190 mil, canalizados para despesas relativas: ao funcionamento do mestrado em Cabo Verde (incluindo encargos dos docentes portugueses que lecionaram); à elaboração das teses (incluindo encargos dos orientadores e das deslocações a Portugal feitas pelos mestrandos); equipamento e material laboratorial; edição e publicação.

No início do curso foram inscritos 17 mestrandos, dos quais 13 concluíram a fase letiva com aproveitamento e ficaram aptos a elaborar tese de mestrado. No final de 2013 tinham já decorrido as dissertações públicas dessas mesmas teses, apenas estando por concluir a preparação, edição e lançamento de livro resumo das teses e de artigos relacionados.

#### **K) Reforço das condições de produção e apoio à promoção e comercialização dos produtos “Sabores D’ nha Terra”**

Pretende-se aperfeiçoar o sistema de comercialização e produção iniciado com o projeto “Desenvolvimento Institucional e Participação Comunitária”, desenvolvendo um plano de promoção e comercialização e reforçando o apoio à produção. Tem como parceiros: IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, ACEP – Associação para a Cooperação Entre os Povos (executor), OADISA – Desenvolvimento Integrado de Santo Antão, AMIPAUL – Liga Amigos do Paul (executor).

Este projeto tem como zona de intervenção os dois concelhos mais populosos da ilha de S. Antão – Ribeira Grande e Paúl. Visa alargar o acesso de agricultores a tecnologias de rega gota-a-gota, bem como reforçar as capacidades de produção em viveiros hortofrutícolas. Irá também apoiar a comercialização e promoção dos produtos da marca Sabores D’ nha Terra (compotas, licores, queijos), criada em projeto anterior.

Quanto às restantes atividades, são de destacar os seguintes resultados já alcançados:

- Elaboração de estudo com análise SWOT dos produtos Sabores D’ Nha Terra e identificadas possíveis estratégias de promoção da marca;
- Compilação das condições e exigências de exportação dos produtos Sabores D’ Nha Terra para a Europa e os EUA;
- Formação de 18 mulheres em gestão interna, plano de negócios, promoção e comercialização;



- Foi assegurada a participação em feiras e outros eventos de divulgação da marca;
- Realização de reportagens televisivas sobre a marca (Rádio Televisão de Cabo Verde);
- Foram criados 3 viveiros, especializados em hortícolas (couve, repolho, tomate, alface, pimento) e frutícolas (videira, macieira, marmeleiro, figueira mansa, cafeeiro, papaieira, goiabeira, cana-de-açúcar, fruta-pão), os quais produziram no primeiro ano mais de 3500 plantas.

Com um orçamento total de EUR 74.5 mil, o então IPAD assegurou o seu cofinanciamento em 99%. Foi canalizado equitativamente para as duas grandes vertentes do projeto: Apoio às atividades de marketing e comercialização dos produtos Sabores D'nha Terra e Reforço das condições de produção dos produtos Sabores D'nha Terra.

#### **L) Projeto Reforço das Capacidades Locais na Melhoria das Condições Sanitárias das Cidades da Praia e de Bissau**

Pretende-se contribuir para a redução da pobreza através da promoção do desenvolvimento humano sustentável nas Cidades da Praia e de Bissau, especialmente através da melhoria das condições de saneamento pelo reforço das capacidades das autoridades locais na prestação de serviços básicos. Tem como executores: Câmara Municipal da Praia, Câmara Municipal de Bissau, UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

Este projeto é fruto de uma parceria entre os municípios da Praia e de Bissau e a UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, financiado pela União Europeia e pelo então IPAD, a ser implementado entre 2011 e 2014. Espera-se que pelo menos 8500 pessoas venham a beneficiar com este projeto, sendo que 7 mil terão acesso à ligação de água potável nas suas residências e mais de 1500 sentirão melhorias em termos de saneamento básico.

Na Cidade da Praia, o projeto visa a melhoria das condições de vida da população residente no Concelho, em particular a melhoria das condições sanitárias da população desfavorecida e da qualidade do meio ambiente, através de iniciativas que promovam o acesso das populações às redes de água e esgoto. Este projeto procura contribuir para a resolução de um problema real da população: mais de 41% dos agregados familiares da Praia não possuem casa de banho e apenas 14.6% estão ligados à rede pública de drenagem de águas residuais.

Na cidade de Bissau, o projeto visa a melhoria das condições sanitárias de zonas urbanas e suburbanas e, conseqüentemente, para a melhoria das condições de conforto e bem-estar das populações. Bissau, inicialmente projetada para 50 mil habitantes, apresenta atualmente uma população cinco vezes superior, concentrada em bairros periféricos caracterizados por construções rudimentares, falta de acesso a serviços elementares e equipamentos de apoio social. Isto traduz-se em fenómenos de insalubridade preocupantes e em problemas graves de saúde pública.

#### **M) Inclusão social das crianças, adolescentes e jovens vulneráveis no bairro do Tira Chapéu**

O projeto pretende promover a inclusão social das crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade daquele bairro, através de ações de sensibilização e prevenção, atividades e oficinas culturais, desportivas e recreativas. Os parceiros são o Instituto Camões e ACRIDES – Associação Crianças Desfavorecidas, seu executor. Pretende-se:

- Dinamizar atividades de âmbito cultural, desportivo e recreativo, contribuindo para a alteração de hábitos, comportamentos e mentalidade da população alvo, que promovam a autoestima, o respeito pelo outro, bem como a importância da escolaridade e de hábitos de vida saudáveis, o que por consequência irá melhorar a qualidade e o nível de vida dessa mesma população.
- Funcionar como biblioteca comunitária, de modo a promover a cultura da leitura e o uso a internet e, por conseguinte, contribuir para uma consciência coletiva e para uma comunidade mais participativa e mais dinâmica.

Contou com o apoio financeiro do Camões, I.P., em 2013, em 100% do orçamento total, de EUR 10 mil.

**N) Apoio ao Hospital Regional Santiago Norte**

Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados à população de Santiago Norte é o principal objetivo deste projeto, executado pelo Ministério da Saúde de Cabo Verde

O Hospital Regional de Santiago Norte situa-se na cidade de Santa Catarina, no interior da ilha de Santiago, e beneficia a população de três municípios (Tarfal, Santa Catarina e S. Miguel), de aproximadamente 95.000 pessoas (20% do total do país). Este projeto visa a aquisição de uma máquina de lavar roupa industrial, contribuindo assim para a resolução de um dos graves problemas daquele estabelecimento hospitalar, que é a higienização da roupa hospitalar, por forma a minimizar o risco de infeções hospitalares.

Contou com o apoio financeiro do Camões, I.P., em 2013, em 100% do orçamento total, de EUR 10 mil.

**O) Promoção dos direitos da Criança e integração socioeconómica das Famílias nas Comunidades de Santa Maria e Espargos – Centro de Intervenção Comunitário - SOS Sal**

O objetivo Global Contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados à população de Santiago Norte e o seu executor foi Aldeias Infantis SOS Cabo Verde.

A Ilha do Sal tem vindo a afirmar-se como destino turístico internacional. Como tal, tem vindo a atrair população de outras ilhas, em busca de emprego e melhores condições de vida. No entanto, a oferta de trabalho é significativamente inferior à procura, arrastando grande número de famílias para situações de pobreza, de desestruturação familiar e vulnerabilidade económica e social, com frequente violação dos direitos das crianças.

Este projeto atua precisamente junto dessa população infanto-juvenil em situação vulnerável. Visa instalar um Centro de Intervenção Comunitária – SOS Sal, que apoie crianças órfãos e/ou em risco de perderem os cuidados parentais e que capacite famílias no cuidado das suas crianças. O projeto contou com o apoio financeiro do Camões, I.P., em 2013, em 100% do orçamento total, de EUR 10 mil.

**P) Apoio à Cimeira Africana de inovação**

Pretendia-se apoiar a realização 1.ª Cimeira sobre a Inovação em África (African Innovation Summit), sendo o executor do projeto o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde

De 04 e 05 de fevereiro de 2014, decorreu na cidade da Praia, a que foi a 1.ª Cimeira sobre a Inovação em África (African Innovation Summit). Teve como objetivos principais colocar a problemática da Inovação no centro da agenda de desenvolvimento de África, assumindo-se como principal instrumento da competitividade das economias africanas. Esta iniciativa contou com cerca de 200 participantes oriundos dos setores público, privado e universitário de cerca de 30 países africanos, e procurou lançar as bases para uma plataforma de diálogo entre diferentes atores sobre a inovação em África e para encontrar soluções africanas para os desafios africanos. Contou com o apoio financeiro do Camões, I.P., em 2014, de cerca de EUR 8 mil, destinado à aquisição de serviços de tradução, conforme solicitação expressa pelo executor.

**4.3.2. Investimento português em Cabo Verde**

Por razões históricas Cabo Verde foi, desde sempre, palco de atuação das empresas portuguesas do setor dos Transportes Aéreos e Marítimos (Transportadoras, Agentes de Navegação e Transitários). Seguiram-se-lhes, após a independência (1975), as empresas de Consultoria, que assessoravam as principais empresas públicas. Na segunda metade da década de 1990, quando as condições de abertura da economia ao exterior, criadas pelo novo regime saído das eleições livres de 1991, conduziram à privatização de diversas empresas, até então públicas, Cabo Verde atrai a atenção de





investimento português de maior porte em setores estruturantes como as Telecomunicações, a Construção Civil e Obras Públicas, a Indústria Hoteleira, os Serviços Financeiros e os Combustíveis. Também as Indústrias do Calçado e das Confeções elegeram o arquipélago como destino de investimento para localização das suas produções. Hoje, as indústrias deste setor representam forte peso nas exportações cabo-verdianas. Mais recentemente os negócios Imobiliário, Turístico e de Materiais de Construção têm também a marca portuguesa.

Os investimentos portugueses reforçam a forte ligação de Cabo Verde a Portugal, abrangem ainda setores tão diversos como a Produção de Colchões de Espuma, a Indústria de Produtos de Higiene, a Produção de Plásticos, a Indústria Alimentar, a Indústria de Bebidas, a Panificação e Pastelaria, a Transformação e Exportação de Pescado, a Hotelaria, os Serviços Turísticos de Apoio e Lazer, as Agências de Turismo, os Desportos Náuticos e o Mergulho.

As empresas portuguesas, com o seu investimento, têm ajudado a criar a base de sustentação necessária que permite a projeção de Cabo Verde num mundo globalizado e competitivo. Refira-se que boa parte do investimento industrial se concretizou em setores exclusivamente virados para a exportação e, por isso, trazendo divisas ao país, contribuindo largamente para o desenvolvimento económico e social de Cabo Verde.

Cabo Verde, fruto da sua situação estratégica e dos Acordos Comerciais de que beneficia com a Europa (Acordo de Cotonou), Estados Unidos (Sistema Generalizado de Preferências e AGOA - "African Growth Opportunity Act"), Canadá (Nova Iniciativa para África), China e CEDEAO (Comunidade Económica dos Países da África Ocidental) abre mercados importantes num espaço global abrangendo 500 milhões de consumidores, tornando-se extremamente atrativo para o investimento em atividades exportadoras para as quais o Governo de Cabo Verde criou legislação específica.

Para os empresários portugueses surge como melhor oportunidade a instalação de Zonas Francas Industriais aproveitando a Legislação existente em Cabo Verde para incentivo às exportações e reexportações.

### **Investimento português em Cabo Verde - Indústria**

São várias as empresas portuguesas presentes em Cabo Verde e em diversos setores:

- Calçado: o setor importante nas exportações do país, onde estão presentes empresas portuguesas como a ACO - Fábrica de Calçado, SA (sua associada cabo-verdiana ICCO);
- Confeções: setor com expressão nas exportações do país, tem presentes duas empresas portuguesas, a Impetus, na sua associada Verdeveste, e a Afriber, detentora da Euroáfrica;
- Construção Civil e Obras Públicas: foi uma das atividades económicas em significativo desenvolvimento, não só pela necessidade de dotar Cabo Verde das infraestruturas adequadas à captação do investimento externo mas também pelo dinamismo da Construção Civil Habitacional e de Turismo. As empresas portuguesas marcam forte presença, através de parcerias com empresas locais, destacando-se a MSF, com a sua sucursal MSF Cabo Verde, responsável por diversas obras de modernização e ampliação de aeroportos e estradas. A Somague, aliada à CVC, da qual detém 90.8%, é outra das empresas portuguesas mais ativas do setor obras mais emblemáticas são a construção dos Portos do Maio e da Boavista, alargamento do Cais de Pesca do Porto da Praia e estradas. Outros exemplos, nomeadamente, são a empresa nortenha de Construção e Obras Públicas Monteadriano, participa em diversas obras de construção e asfaltagem de estradas, e a Armando Cunha. Nos Materiais de Construção a parceria entre as portuguesas Secil e Monteadriano abastece o mercado de inertes, pela exploração de pedreiras. A Secil, por aquisição de uma empresa cabo-verdiana anteriormente sua representante no arquipélago, dedica-se à importação e distribuição de cimento. Outros exemplos são a Cimpor, a Mota-Engil e a Efacec.



### Investimento português em Cabo Verde - Serviços

Este é, sem dúvida, o setor onde maior número de empresas portuguesas se instalou em Cabo Verde. Por razões históricas foi desde sempre palco de atuação das empresas do setor dos Transportes Aéreos e Marítimos. Seguiram-se-lhes as empresas de Consultadoria, que assessoravam as principais empresas públicas. Mais tarde, a partir de meados da década de 1990, quando as condições de abertura da economia ao exterior, criadas pelo novo regime saído das eleições livres de 1991, conduziram à privatização de diversas empresas, até então públicas, Cabo Verde atrai a atenção de investimento português de maior porte em setores estruturantes como as Telecomunicações, Combustíveis, os Serviços Financeiros, e também o negócio Imobiliário e Turístico.

O setor financeiro cabo-verdiano é largamente marcado pelas participações de 3 entidades portuguesas. A Caixa Geral de Depósitos, com participação em dois bancos de retalho -Banco Comercial do Atlântico e Banco InterAtlântico, uma Seguradora e uma Capital de Risco, a Geocapital (maioritariamente detida por Stanley Ho), através da sua participação de 27,41% na Caixa Económica de Cabo Verde, o Banif com 51,8% do Banco Cabo-verdiano de Negócios (antigo Banco Totta de Cabo Verde) e o Banco Espírito Santo, com o BES Cabo Verde.

No Ensino, por ora apenas Superior, regista-se a presença da Universidade Lusófona, em Mindelo (São Vicente), e do Instituto Piaget, na Praia (Santiago).

No turismo estão presentes grupos como o Pestana e o grupo Oásis Atlântico

#### 4.3.3. Oportunidades de Negócios em Cabo Verde

##### Setor agrícola

A introdução gradual de novas tecnologias (e.g.; rega gota-a-gota, pesquisa e experimentação de novas espécies, utilização de novos processos de produção agrícola, como a hidroponia por exemplo, assistência técnica sistematizada, entre outros) e os investimentos efetuados pelo Governo no campo, estão a abrir interessantes possibilidades de investimento neste setor. Destaca-se:

- Produção de hortaliças, frutas e legumes frescos;
- Produção e comercialização de chás e ervas aromáticas;
- Produção de derivados de cana para exportação (como aguardente, mel e ponche);
- Floricultura.

##### Setor da Pesca

Boas oportunidades de investimento se desenham igualmente no setor das pescas. Cabo Verde é um país constituído por ilhas, com um mar rico e diversificado em termos de espécies marítimas, regista-se um aumento da procura por peixes e derivados quer no mercado interno (devido, nomeadamente, ao crescimento do setor turístico) quer no mercado externo, e esse quadro cria condições bastante favoráveis à implementação de iniciativas empresariais nesta área. Como oportunidades, podem elencar-se:

- Criação de atum em cativeiro;
- Criação de marisco (camarão e lagosta);
- Comercialização de iscas e acessórios de pesca;
- Construção e venda de barcos e botes.

##### Setor da Pecuária

A atividade agropecuária em Cabo Verde continua ainda incipiente, feito em pequena escala e com pouco valor acrescentado, não obstante o crescimento da procura por produtos do setor por causa do



aumento do nível de rendimento da população e do dinamismo do setor turístico. Podem-se elencar algumas oportunidades como, nomeadamente:

- Criação de cabras de raça melhorada para produção de leite e derivados;
- Suinicultura (criação de porcos) para produção de carne e derivados;
- Indústria de abate de animais, corte, embalagem e comercialização de carne;
- Aviário para produção de carne e ovos;
- Produção e comercialização de ração animal e materiais para avicultura;
- Criação de aves e animais “exóticos”;
- Consultoria e assistência técnica especializada no setor.

### Setor da Indústria

Apesar da pequenez do mercado nacional, a produção industrial começa a dar sinais de dinamismo e diversificação, o que abre espaço para boas oportunidades de investimento. O crescimento da construção civil puxado pelo recente boom da imobiliária turística (que sofreu, entretanto, algum esfriamento na decorrência da crise mundial) levou a uma procura por produtos manufacturados – desde portas e janelas de alumínio, carpintaria, pedras ornamentais, entre outros. – que vem complementar as indústrias existentes (tintas, cigarros, massas alimentícias, carpintaria, processamento de pescado, entre outros). Pode-se apontar como oportunidades privilegiadas:

- Produção de energia renovável;
- Extração e produção de cal;
- Produção e comercialização de tintas e vernizes;
- Fabricação de portas e janelas de alumínio;
- Fabricação de mobiliário doméstico;
- Indústria cerâmica;
- Montagem de computadores e relacionados;
- Indústria de confeções;
- Indústria metalomecânica;
- Extração e refino de sal para o mercado interno e externo.

### Setor dos Serviços

A economia cabo-verdiana é uma economia baseada fortemente no setor de serviços. Nos últimos anos, os serviços relacionados com a indústria do turismo vêm assumindo um papel de destaque dentro deste setor, na esteira do crescimento do fluxo de turistas para o país e do dinamismo da imobiliária turística. Os serviços de transporte (aéreo, marítimo e terrestre) vêm atraindo igualmente a atenção de investidores, registando-se, entretanto, algumas lacunas ainda por preencher. Outra área que tem crescido substancialmente é a área de serviços financeiros e relacionados, com o aumento do número de bancos on-shore e off-shore, atraídos pelo crescimento económico do país e robustez dos seus principais indicadores macroeconómicos, pelo aumento dos investimentos em sectores de alta rentabilidade, pela estabilidade política, e pelo potencial de bancarização da população.

Destacam-se as oportunidades nas seguintes áreas:

- Serviços de suporte ao turismo;
- Serviços de Comunicações;
- Serviços de transporte marítimo;
- Serviços de transporte aéreo;
- Serviços de transporte terrestre especializado;
- Serviços privados de saúde;
- Distribuição.



## V – CONCLUSÕES

O outlook para a economia de Cabo Verde mantém-se favorável, com crescimentos esperados do PIB em torno de 3%-3.5% nos próximos anos assentes, sobretudo, no consumo privado, investimento e exportações de serviços. Reflete, também, a melhoria generalizada da conjuntura económica dos principais países parceiros e também as medidas contra cíclicas de natureza expansionista, que têm caracterizado os últimos exercícios orçamentais. A prazo, as reformas que têm vindo a ser implementadas, ao nível fiscal, da supervisão financeira, do estímulo da oferta de crédito e da melhoria da situação económica e financeira das empresas do estado, deverão contribuir para a maior robustez da economia, contribuindo para um crescimento mais sustentável e inclusivo.

A diáspora cabo-verdiana continuará a assumir, quer direta, através do envio de remessas (que, em 2006, representaram cerca de 12% do PIB), quer indiretamente, através da diversificação e densificação da rede de relações internacionais cabo-verdianas nas cidades e países de acolhimento, um papel fundamental no futuro do país.

No que se refere a projetos de âmbito nacional, deverá ser prudentemente debatido o potencial de Cabo Verde como centro (hub) de tráfego marítimo e aéreo internacional. Para o sucesso destes projetos, será imperativo gerar, de forma crescente e sustentada, volume de tráfego. O crescimento dos fluxos comerciais internacionais com Cabo Verde poderá beneficiar de uma maior presença de interesses e agentes internacionais políticos, militares e económicos, nomeadamente chineses e norte-americanos.

O setor do turismo continuará a ser o motor da economia cabo-verdiana. Contudo, para que os mercados internacionais coloquem Cabo Verde no mapa dos principais destinos turísticos mundiais muito trabalho tem que ainda ser realizado. Neste sentido, deverão ser efetuados esforços de forma a inverter a insuficiente prestação de cuidados de saúde privados, a existência de apagões elétricos, a deficiente rede de abastecimento de água potável, a precariedade do sistema de saneamento básico, assim como outras lacunas no âmbito do ordenamento do território (p.e., pintura das casas) que, ignorados, poderão acabar por constituir um sério entrave ao desenvolvimento do setor no arquipélago.

O ultrapassar destas dificuldades será não só positivo para o turismo como para toda a sociedade e a economia: melhores padrões de vida geram uma população mais satisfeita, logo uma população mais produtiva e uma economia geradora de mais riqueza criando-se, desta forma, um ciclo virtuoso de desenvolvimento, fomentando setores como a agricultura e a formação técnica de recursos humanos.

O futuro do turismo cabo-verdiano continuará a estar dependente do segmento Sol & Mar. No entanto, Cabo Verde deverá apostar numa oferta de maior sofisticação e grau de abrangência. O lançamento e aprofundamento de outros produtos turísticos (p.e., turismo residencial, oceânico, golfe e corporate) permitirão captar novos mercados, africanos e não africanos, por certo mais exigentes, mas de maior poder de compra.

Cabo Verde beneficia de grandes ativos para atração de investimento que são a credibilidade internacional e o ambiente de negócios favorável e também os cabo verdianos, a qualificação da mão-de-obra, e a sua disponibilidade para novos desafios, fazem de Cabo Verde uma "porta amigável" para o continente africano.



## Ficha técnica

## ESPIRITO SANTO RESEARCH RESEARCH SECTORIAL

## Research Sectorial

Francisco Mendes Palma <i>Chief Sectoral Strategist</i>	<a href="mailto:fmpalma@bes.pt">fmpalma@bes.pt</a>
Susana Barros	<a href="mailto:msbarros@bes.pt">msbarros@bes.pt</a>
Luís Ribeiro Rosa	<a href="mailto:luis.c.rosa@bes.pt">luis.c.rosa@bes.pt</a>
Paulo Talhão Paulino	<a href="mailto:pmpaulino@bes.pt">pmpaulino@bes.pt</a>
Conceição Leitão	<a href="mailto:mcleitao@bes.pt">mcleitao@bes.pt</a>
João Pereira Miguel	<a href="mailto:jpmiguel@bes.pt">jpmiguel@bes.pt</a>
Patrícia Agostinho	<a href="mailto:patricia.agostinho@bes.pt">patricia.agostinho@bes.pt</a>
José Manuel Botelho	<a href="mailto:jmbotelho@bes.pt">jmbotelho@bes.pt</a>
Celina Luís	<a href="mailto:celina.luis@bes.pt">celina.luis@bes.pt</a>
Denis Rodrigues (BES Cabo Verde)	<a href="mailto:denis.rodrigues@bescv.cv">denis.rodrigues@bescv.cv</a>

**Disclaimer**

O estudo foi realizado pelo "Espírito Santo Research - Research Sectorial" com um objetivo meramente informativo. O conteúdo dos estudos efetuados pelo "Espírito Santo Research - Research Sectorial" é sempre baseado em informação disponível ao público e obtida a partir de diversas fontes, incluindo meios de informação especializados, fontes oficiais e outras consideradas credíveis. Contudo, o "Espírito Santo Research - Research Sectorial" não garante a sua exatidão ou integralidade. As informações/opiniões expressas nesta apresentação referem-se apenas ao momento presente e estão sujeitas a alterações sem aviso prévio, não vinculando o "Espírito Santo Research - Research Sectorial", e não assumindo este qualquer compromisso de atualização da informação ora prestada. As informações e opiniões apresentadas não constituem nenhuma recomendação de investimento.

O "Espírito Santo Research - Research Sectorial" não aceita nenhum tipo de responsabilidade sobre quaisquer perdas ou danos provenientes da utilização desta apresentação. As opiniões emitidas não vinculam o BES, não podendo o BES, por isso, ser responsabilizado, em qualquer circunstância e por qualquer forma, por erros, omissões ou inexatidões da informação constante neste documento ou que resultem do uso dado a essa informação. A reprodução de parte ou totalidade desta publicação é permitida, desde que a fonte seja expressamente mencionada.





## BANCO ESPÍRITO SANTO DE CORAÇÃO ABERTO

Um apoio permanente num desafio sem fronteiras

O **Banco Espírito Santo Cabo Verde**, coloca ao seu dispor e da sua empresa, uma dinâmica permanente, aconselhando, promovendo e apoiando a sua actividade aqui e no estrangeiro.

Das mais simples operações de quotidiano, às mais exigentes intervenções em mercados externos, o **BES Cabo Verde** dispõe de uma qualificada equipa, com conhecimento privilegiado dos mercados internacionais em geral e dos "mercados naturais" da Lusofonia e das geografias próximas em particular.

**BES Cabo Verde**, Feito para si.



**BANCO  
ESPIRITO SANTO**  
Cabo Verde

**SANTIAGO**  
Avenida Cidade de Lisboa  
CP 35 - Praia  
Tel: (+238) 260 26 26

**SAL**  
Vila Verde Resort  
CP 142 - Santa Maria  
Tel: (+238) 242 82 10

E-mail: [bescv@bescv.cv](mailto:bescv@bescv.cv)  
Site: [www.bescv.cv](http://www.bescv.cv)



**ESPIRITO SANTO RESEARCH**

RESEARCH SETORIAL